



**UNIVERSIDADE DE CUIABÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM ENSINO**

CARLA ADRIANA DE QUEIROZ

**GESTÃO EDUCACIONAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR
DA “CASA DE PASSAGEM”**

**CUIABÁ - MT
2020**

CARLA ADRIANA DE QUEIROZ

**GESTÃO EDUCACIONAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR
DA “CASA DE PASSAGEM”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade de Cuiabá/UNIC (Programa associado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso/IFMT) como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino, área de concentração: Ensino, Currículo e Saberes Docentes e da linha de Pesquisa: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Escolar sob a orientação da Professora Dr.^a Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida.

**CUIABÁ – MT
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca UNIC

Q3g

QUEIROZ, Carla Adriana de

Gestão educacional e o trabalho interdisciplinar da casa de passagem. / Carla Adriana de Queiroz – Cuiabá, MT 2020

81p.: il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação stricto sensu, em Mestrado como parte do requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino, área de Concentração: Ensino, Currículo e Saberes Docentes e da Linha de Pesquisa: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Escolar. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT associado à Universidade de Cuiabá – UNIC, 2020

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida

1. Ensino. 2. Gestão Educacional. 3. Família. 4. Desenvolvimento Escolar.

CDU: 37.015.3:364

Terezinha de Jesus de Melo Fonseca - CRB1/3261



SECRETARIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ENSINO
ATA DE DEFESA

Aos **quatro dias** do mês de **Dezembro** do ano de 2020, na Universidade de Cuiabá, às **09:00** horas, reuniu-se a Banca Examinadora, composta por 1. Profa. Dra. Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida, presidente da banca, 2. Profa. Dra. Eliza Adriana Sheuer Nantes, 3. Profa. Dra. Cilene Maria Lima Antunes Maciel. A reunião tem por objetivo julgar o trabalho da aluna **Carla Adriana de Queiroz**, sob o título **“Gestão educacional e o trabalho interdisciplinar da “Casa de Passagem”**”. Os trabalhos foram abertos pelo presidente da banca. A seguir foi dada a palavra a aluna para apresentação do trabalho. Cada Examinador arguiu a mestranda, com tempos iguais de arguição e resposta. Terminadas as arguições, procedeu-se do julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora de Dissertação por sua **Aprovação**. Houve sugestão de alteração do título da Dissertação pela Banca Examinadora? () Sim (X) Não. Título sugerido

Cuiabá, 04 de Dezembro de 2020.

Examinadores:

Profa. Dra. Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida

Profa. Dra. Eliza Adriana Sheuer Nantes

Profa. Dra. Cilene Maria Lima Antunes Maciel

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à **minha preciosa Família** e aos **Profissionais** que atuam em instituições que acolhem crianças e adolescentes do município de Várzea Grande/MT.

À minha orientadora **Prof.^a Dr.^a Laura Isabel Marques Vasconcelos de Almeida** pelo caminho trilhado e por vislumbrar perspectivas de dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao **criador** de tudo que há – **Deus**, que nos conduziu durante todo o percurso. À minha **família e amigos** que estiveram sempre comigo neste percurso.

Gratidão à **Banca Examinadora**, Professoras **Dr.^a Eliza Adriana Sheuer Nantes e Dr.^a Cilene Maria Lima Antunes Maciel** pelas contribuições e à **minha orientadora** pelo acolhimento e parceria.

RESUMO

A pesquisa vincula-se ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Ensino da Universidade de Cuiabá (UNIC), em associação ampla com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso (IFMT). Tem como objetivo compreender as influências do contexto social, educativo e familiar no processo de construção de conhecimento social de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional na perspectiva de gestão e articulação do acolhimento para a inserção educativa e social. Tendo como objeto de estudo a institucionalização de crianças e adolescentes, a “Casa de Passagem” localiza-se no município de Várzea Grande/MT com ênfase no acolhimento e continuidade do percurso escolar. O estudo apoia-se nos conceitos teóricos inerentes ao objeto de pesquisa, com destaque para os autores: Brasil (1990), Vygotsky (1989), Wallon (2007), Piaget (2011) e Rizzini; Rizzini (2004). Centrada na abordagem metodológica qualitativa, utilizou-se o grupo focal e instrumentos para coleta de dados, as entrevistas e fontes documentais, tendo como ponto de partida as informações relativas à educação e saúde contidas em pastas funcionais dos adolescentes acolhidos da instituição por meio do grupo focal. Com os estudos verificou-se qual seriam as influências e a contribuição dos profissionais que trabalham neste contexto na continuidade do percurso escolar. Considerou-se fundamental ainda, levantar o histórico de vida dos adolescentes, em situação de acolhimento institucional, bem como percurso escolar e relações familiares. Com resultados dos estudos espera-se posteriormente obter a contribuição para possíveis subsídios das políticas públicas e compreender e apreender práticas educacionais que promovam e estimulem a continuidade nos estudos dos adolescentes institucionalizados, diante da influência destes educadores na inserção escolar, familiar e social destes sujeitos.

Palavras-Chave: Ensino; Gestão educacional; Família; Desenvolvimento escolar.

ABSTRACT

The research is linked to the Graduate Program of Master's in Education at the University of Cuiabá (UNIC), in broad association with the Federal Institute of Education, Science and Technology of the State of Mato Grosso (IFMT). It aims to understand the influences of the social, educational and family context in the process of building social knowledge of children and adolescents in a situation of institutional reception in the perspective of management and articulation of reception for the educational and social insertion. With the object of study the institutionalization of children and adolescents, the “Casa de Passagem” is located in the municipality of Várzea Grande / MT with an emphasis on welcoming and continuing the school path. The study is based on the theoretical concepts inherent to the research object, with emphasis on the authors: Brasil (1990), Vygotsky (1989), Wallon (2007), Piaget (2011) and Rizzini; Rizzini (2004). Focused on the qualitative methodological approach, the focus group and instruments for data collection, interviews and documentary sources were used, having as a starting point the information related to education and health contained in functional folders of adolescents hosted by the group through the group focal. With the studies it was verified what would be the influences and the contribution of the professionals who work in this context in the continuity of the school path. It was also considered fundamental to raise the adolescents' life history, in a situation of institutional shelter, as well as school trajectory and family relationships. With the results of the studies, it is expected later to obtain the contribution to possible subsidies of public policies and to understand and understand educational practices that promote and encourage continuity in the studies of institutionalized adolescents, given the influence of these educators in the school, family and social insertion of these subjects.

Keywords: Teaching; Educational management; Family; School development.

RELAÇÃO DAS FIGURAS

Figura 1 - Roda dos expostos.	18
Figura 2 - Santa Casa de misericórdia de Cuiabá, 1867.....	19
Figura 3 - Acolhimento institucional de crianças e adolescentes.....	35

QUADRO

Quadro 1 - Profissionais da “Casa de Passagem”.	36
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

CREP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP);

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PSC - Prestação de Serviços à Comunidade;

PSE - Proteção Social Especial;

SUAS - Sistema Único de Assistência Social;

SGD - Sistema de Garantia de Direitos;

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social;

CNJ - Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas;

SNA - Sistema Nacional de Adoção (SNA);

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social;

SUS - Sistema Único de Saúde.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Trajetória pessoal e profissional.....	13
O caminho da Pesquisa... ..	14
1. INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	17
1.1 Abandono infantil e saúde pública.....	19
1.2 Crianças e Adolescentes: sujeitos de direitos	23
1.3 Revisitando as instituições acolhedoras em Cuiabá e Várzea Grande.....	28
1.3.1 Projeto Siminina	30
1.3.2 Lar da Criança.....	31
1.3.3 Casa da Criança Cuiabana	32
1.4 Instituições acolhedoras em Várzea Grande-MT.....	34
1.5 Breve contextualização da Instituição “Casa de Passagem”.....	35
2. PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	41
2.1 O acolhimento institucional	41
2.2. Perfil dos profissionais que atuam na “Casa de Passagem”	47
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	62
3.1 Famílias, interações sociais e aprendizagem.	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

A pesquisa de Mestrado intitulada, “Gestão educacional e o trabalho interdisciplinar da Casa de Passagem” vincula-se ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Ensino da Universidade de Cuiabá (UNIC), em associação ampla com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso (IFMT).

Tem como objetivo compreender as influências do contexto social, educativo e familiar no processo de construção de conhecimento social de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional na perspectiva de gestão e articulação do acolhimento para a inserção educativa e social.

Tendo como objeto de estudo a institucionalização de crianças e adolescentes, a “Casa de Passagem” localiza-se no município de Várzea Grande/MT com ênfase no acolhimento e continuidade do percurso escolar. Para melhor compreensão do trabalho desenvolvido pela instituição, adotou-se como abordagem teórica e metodológica, além da literatura específica, o grupo focal e fontes documentais com as informações relativas à educação e saúde contidas nas pastas funcionais dos adolescentes da própria instituição.

Durante o percurso metodológico, fizemos uso da história oral, como recurso para validação dos dados obtidos. Tendo como base essas informações elegemos a questão norteadora: *Como os profissionais que atuam na Casa de Passagem podem influenciar na continuidade do percurso escolar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional?*

Com o intento de responder o problema de pesquisa, buscamos apoio na literatura especializada e entrevistas semiestruturadas com o grupo focal com a finalidade de constituir o histórico institucional e captar a percepção dos profissionais que atuam na instituição em relação à continuidade do percurso escolar, bem como as devidas responsabilidades das crianças e adolescentes. Outro aspecto relevante foi obter informações acerca do histórico de vida das crianças e adolescentes institucionalizados, principalmente ao que tange percurso escolar e estrutura familiar para que se compreenda o perfil da clientela atendida e possa minimamente traçar um perfil dos profissionais que atuam neste ambiente.

Partindo dessas premissas, o trabalho organiza-se em três capítulos, com a intenção de compreender e apreender práticas educativas que promovam e estimulem a continuidade nos estudos dos adolescentes institucionalizados e compreender a

influência destes educadores na inserção escolar, familiar e social destes sujeitos.

O primeiro capítulo destaca um breve histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil e as instituições de acolhimento institucional no Estado de Mato Grosso, em específico, nos municípios Cuiabá e Várzea Grande.

No segundo, abordamos questões relativas aos Profissionais que atuam em instituições públicas de acolhimento de crianças e adolescentes e o papel que desempenham junto aos infantes, considerando sua formação, experiências, frustrações e realizações no desempenho dos cargos que ocupam.

No terceiro, os aspectos metodológicos e procedimentos durante o percurso da pesquisa, considerando as dificuldades e avanços em função da pandemia Covid-19 que assolou o mundo.

Nas considerações finais, além das discussões e reflexões, os apontamentos sobre o objeto de estudo com a perspectiva de contribuir para subsidiar a implementação de políticas públicas que promovam e estimulem a continuidade nos estudos dos adolescentes institucionalizados, considerando a influência da gestão educacional na inserção escolar, familiar e social dos infantes.

Trajetória pessoal e profissional

Entretanto, para discorrermos sobre o tema aqui pretendido, faz-se necessário um breve resumo sobre o desejo pela escolha do tema, constituído a partir das inquietações que emergem durante minha trajetória profissional. Tenho formação em Psicologia, atuei mais de uma década na área organizacional, especificamente na gerência de recursos e nesta função coordenava programas de treinamento e desenvolvimento, bem como, programas de qualidade de vida e responsabilidade social.

Sempre contribuí com doações ao Lar da Criança que ficava situado em Cuiabá, visto que a empresa que trabalhava na época tinha produtos que atendia (atendiam) as necessidades das crianças institucionalizadas. A partir desta interação com a instituição e com os profissionais que nela atuavam, despertou o desejo de compreender a condição das crianças acolhidas. Movida pela comoção, sempre buscava informações sobre os fenômenos que permeavam a vida das pessoas naquele ambiente, contudo sem respostas satisfatórias.

Hoje em dia atuo em duas áreas distintas, porém complementares, uma é a área da educação de nível superior nos cursos de Psicologia e Medicina, a outra é a atuação

no meio jurídico como psicóloga credenciada atuando por quatro anos especificamente junto à Vara da Infância e Adolescência. Entretanto, atuando nessas áreas comecei a articular de maneira mais próxima à teoria das aulas ministradas em sala com os estágios no exercício das práticas jurídicas.

Desenvolvo atividades laborais junto ao poder judiciário há mais de quatro anos, como psicóloga e grande parte do tempo dedicado à Vara da Infância e Adolescência junto ao Fórum da comarca de Várzea Grande e Cuiabá-MT, neste período realizando estudos psicossociais, entrevistas e observações junto a famílias, crianças, adolescentes e instituições acolhedoras, observei alguns fenômenos recorrentes que traziam grande reflexão e principalmente despertaram a curiosidade em compreender o porquê desta recorrência e qual o direcionamento e acompanhamento das crianças e adolescentes, principalmente a continuidade do percurso escolar, após determinação judicial por institucionalização.

Alguns processos referentes à algumas crianças permitiram fazer o acompanhamento nas chamadas audiências concentradas, que acontecem duas vezes por ano, coordenadas pelo Juiz da Vara da Infância, tendo como participantes os representantes da defensoria pública, ministério público e equipes técnicas do juizado e das instituições de acolhimento, as quais estes profissionais reunidos deliberam os encaminhamentos tendo como base, os estudos psicossociais elaborados pelas equipes técnicas. Fenômeno perceptível nestas audiências era de uma criança permanecer acolhida por mais de dois anos e por vezes interrompido o percurso escolar, fato de difícil compreensão para mim.

Aliado às atividades desenvolvidas no poder judiciário, atuo também na educação de nível superior, principalmente no curso de Psicologia e Supervisão de Estágios obrigatórios na área escolar do referido curso. As duas atividades laborais contribuíram para que a curiosidade acerca da repetição dos fenômenos aumentasse e fosse o ponto de partida para definição da temática a ser pesquisada.

O caminho da Pesquisa...

A conhecida “Casa de Passagem” é um local onde prioritariamente ficam institucionalizados adolescentes e estão sob medida protetiva que tem a finalidade de acolher crianças e adolescentes consideradas vítimas de maus-tratos, abuso sexual e negligência. É uma medida de proteção prescrita pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente (BRASIL. Lei nº 8.069/90).

O estudo propõe investigar a articulação dos contextos sociais, educativos e familiares que permeiam a vida de crianças e adolescentes na construção do conhecimento social, acolhidos na Casa de Passagem, local situado no município de Várzea Grande-MT, sito á Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 800, bairro Planalto Ipiranga II.

A “Casa de Passagem” tem como função primária o acolhimento temporário de crianças e adolescentes até que seja concluído estudo psicossocial e dado direcionamento para que possam ser reintegrados à família de origem e/ou pode serem transferidos para outras instituições no estado, em último estágio, inseridos em famílias substitutas por meio da adoção.

Os perfis dos adolescentes acolhidos na “Casa de Passagem,” em sua grande maioria, é composto de indivíduos do sexo masculino e feminino com idade que variam entre 12 (doze) há 17 anos (dezessete) anos, contudo, como é uma casa de caráter transitório pode haver em alguns momentos a variação deste perfil.

A instituição conta com uma equipe técnica composta por psicólogo, assistente social e pedagogo para acompanhar os que estão institucionalizados. No período que os adolescentes estão acolhidos é de responsabilidade dos profissionais e gestores para conduzir e acompanhar todas as rotinas, inclusive as escolares que vão desde a matrícula escolar e acompanhamento médico, se necessário, e também organizar as pastas funcionais de cada adolescente.

Os educadores que compõem a equipe técnica são funcionários públicos municipais e concursados e possuem formação técnica para atuar naquele ambiente. Contudo estes profissionais também são pessoas que tiveram sua construção subjetiva baseada nas relações sociais em âmbito familiar e escolar. A forma como concebem o mundo e importância da escolarização pode interferir no resultado do trabalho que desempenham no cotidiano e tratativas com adolescentes institucionalizados.

Em contrapartida observa-se também, naqueles que se encontram em situação de acolhimento institucional que não se trata de situação muito confortável. Ficar distante da família ou daqueles que consideram traz para o adolescente uma nova gama de situações e adequações, visto que a condição de estar institucionalizado tem como desdobramento, um período de adaptação a novas rotinas, regras e contextos que são administrados pelos educadores e gestores da casa de acolhimento.

Em situações que crianças e adolescentes estão institucionalizados fica

assegurado total responsabilidade de que tenham direitos assistidos, tais como acesso à educação, saúde e segurança são como sendo do estado e principalmente da instituição que os recebe.

Os que estão sob esta tutela devem obedecer as regras postas, incluindo a obrigatoriedade de estar regularmente matriculados e frequentando aulas, contudo é comum que estes não se adaptem ao ambiente escolar e desenvolvam algum tipo de aprendizado, bem como é perceptível, por meio de entrevistas realizadas para fim de estudo psicossocial, que grande parte dos acolhidos tem um percurso escolar que nem sempre foi contínuo, nem sempre existiu aprendizado e também não houve incentivo, valorização ou motivação por parte dos familiares em continuar ou promover condições mínimas para que o adolescente continuasse os estudos.

Cabe ressaltar que muitos adolescentes institucionalizados têm como base familiar, a genitora e, para alguns, o investimento no estudo não é algo importante para a vida, importante é sobreviver economicamente.

Vários estudos apontam que, para que haja aprendizado, tem que existir coerência entre o conteúdo e/ou contexto a ser trabalhado em aulas com conjuntos de valores do sujeito, no estudo em questão, os adolescentes. Nesta construção do saber insere-se a subjetividade, que por sua vez, também foi construída ao longo da sua existência na relação com grupos sociais, como a família, escola, religiosos, dentre outros. O período que os adolescentes ficam institucionalizados é uma das obrigações da instituição, ter e manter toda a documentação devidamente organizada.

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Este capítulo possibilita uma reflexão direcionando o olhar para um fenômeno específico, que é observar as condições e percepções que levam um adolescente a ser institucionalizado numa casa de acolhimento e principalmente quais seriam as influências dos educadores da instituição na continuidade do percurso escolar e inserção do sujeito institucionalizado no meio social, cultural e mundo objetivo.

Compreender as relações entre o contexto familiar e a institucionalização, e as possíveis influências destas variáveis no processo de educação das crianças e adolescentes, sempre foi um tema desafiador. A família de crianças e adolescentes institucionalizados têm sido alvo dos pesquisadores da área da infância e juventude em situação de risco e vulnerabilidade social.

Quando o assunto é institucionalização de criança no Brasil torna-se necessário considerar como se constituiu esta situação historicamente, qual origem e objetivos iniciais, considerando que no período colonial (1500 até 1822), o Brasil estruturou-se econômica e politicamente através do vínculo com a metrópole portuguesa. As leis e as ordens para as crianças vinham da metrópole e eram aplicadas por meio da burocracia, dos representantes da corte e eram administradas pela igreja católica.

O estado que se uniam no processo de manutenção do poder, articulando a conquista armada com a legitimação religiosa. O cuidado com as crianças índias, segundo Faleiros (2004, p.2), “era realizado pelos padres jesuítas os quais tinham por objetivo batizá-las e incorporá-las ao trabalho”. Foram fundadas neste período as Casas de recolhimento ou Casas para meninos e meninas índias (FALEIROS, 2004).

As crianças, filhos de escravos e índios durante o Brasil Colônia, sempre foram alvo para atender a economia vigente, pois eram vistas meramente como mão de obra futura e objeto de venda. Devido a este cenário que envolvia as crianças, havia grande mortalidade infantil e, por vezes, as mães eram alugadas como mães de leite. Era também uma prática social e política a separação dos filhos de suas próprias mães. A relação sexual entre senhores e escravas ou índias era uma prática comum, mas considerada imoral e ilegítima, de onde decorria, também, um grande número de filhos chamados de ilegítimos, contrariando a moral do casamento. Os filhos nascidos fora do casamento, com raras exceções, eram fadados ao abandono. A pobreza também era causa de abandono (BERGER; GRACINO, 2005).

No período colonial dentre as formas de institucionalização da criança e adolescente no Brasil, a mais duradoura foi a “roda dos expostos”. De acordo com Pereira (2004) o nome roda se refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada, como destaca a Figura 1.

Figura 1: Roda dos Expostos.



Fonte: <http://ainfanciadobrasil.com.br/seculo-xviii-os-enjeitados/> visitado em 01/10/2020.

A maioria dessas crianças enjeitadas ou expostas era branca ou parda, filhos de brancos ou de brancos e negros. A primeira roda foi criada em 1726 na Bahia e última, em São Paulo, só foi extinta nos anos cinquenta, (FALEIROS, 2004).

De acordo com estudos de Viegas (2007), aponta nos seus estudos que as primeiras iniciativas de atendimento à criança abandonada no Brasil seguiram a tradição portuguesa, com a instalação da Roda dos expostos nas Santas Casas de Misericórdia. A princípio, três foram construídas na cidade de Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789) e posteriormente no início do império em São Paulo (1825).

Em Mato Grosso, a Roda dos expostos também foi uma realidade, existiu na cidade de Cuiabá (Figura 2) e, segundo Freitas (2003), um relatório da Província de Mato Grosso datado de 1878, destaca sua criação no ano de 1833, junto à Santa Casa de Misericórdia.

Nos primeiros anos, foram deixados alguns inocentes, causas, porem que ignoro, fizeram a muito cessar este benefício público, pois há mais de 16 anos nenhum exposto foi recebido na Santa Casa. No ano de 1839 só foram deixados 03 (três) bebês na roda (um menino e duas meninas). Depois parece que não se deixou nenhuma criança, embora continuasse costume de se abandonar meninos a porta de residência de particulares. A provedoria atribuía esse fato a colocação da roda muito próxima ao hospital militar, local muito frequentado à noite (FREITAS, 2003, p.64).

Figura 2 - Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, 1867.



Fonte: [http://coisasdemt.blogspot.com/2008/02/epidemia-de-varola-em Cuiabá](http://coisasdemt.blogspot.com/2008/02/epidemia-de-varola-em-Cuiabá).

Essa metodologia só foi extinta definitivamente em 1950. Durante mais de um século, a roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. Meados do século XIX, após a Independência do Brasil, a formulação de políticas para a infância se inscreve como uma questão de ordem pública (FREITAS, 2003).

1.1 Abandono infantil e saúde pública

As políticas públicas relacionadas à saúde e ao social sempre foram relacionadas ao higienismo, definida como uma doutrina que nasceu na primeira metade do século XIX, quando os governantes começaram dar maior atenção à saúde e à moral dos habitantes das cidades. Considerava-se que a doença era um fenômeno social que abarcava todos os aspectos da vida humana (RUIZ; PALACIO, 1999).

Questões relacionadas à saúde coletiva e higiene como causa raiz da mortalidade infantil sempre foram questões preocupantes no Brasil. No final do século XIX a comunidade médica começou a se preocupar com a mortalidade infantil, com a

amamentação, inspeção escolar e com a creche como forma de substituir a Roda. Nesse contexto, a ordem social deveria ser priorizada por meio da correção do comportamento desviante com casas correcionais e orfanatos preparatórios para o trabalho.

Um fator importante a ser considerando nesse contexto histórico é a Proclamação da República no ano de 1889, precedida pela Abolição da Escravidão no ano de 1888, que não apresentou nenhuma mudança no enfoque oficial sobre os asilos e/ou instituições. Em função dos conflitos constantes nas relações entre igreja e estado os asilos ampliaram, por iniciativa privada e com subsídio público (BERGER; GRACINO, 2005).

Segundo os autores, em 1903 cria-se a "Escola Correcional 15 de Novembro" e posteriormente, no ano de 1923, foi autorizada a existência do Juizado de Menores. Em 1924, emerge o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores. No ano de 1927, toda a legislação é consolidada no primeiro Código de Menores, que tratava, ao mesmo tempo, das questões de higiene da infância, da delinquência e estabelecia a vigilância pública sobre a infância. Os menores eram classificados em abandonados e delinquentes (BERGER; GRACINO, 2005).

O Código de Menores de 1979 (Lei Federal de nº 6.697/79), adotava a doutrina da situação irregular, dando legalidade à intervenção estatal sobre menores considerados como em situação irregular (SARAIVA, 2003).

No governo de Getúlio Vargas, em 1942 consolidou-se uma política assistencialista e repressiva para a infância e adolescência. Foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) ligado ao Ministério da Justiça, equivalente ao Sistema Penitenciário para a população de menor de idade, com enfoque tipicamente correcional-repressivo. Nessa mesma época cria-se também a Legião Brasileira de Assistência (LBA) para dar apoio aos combatentes da II Guerra Mundial e às famílias e, posteriormente se estabelece como instituição de assistência suplementar para a sociedade civil de modo geral (SILVA, 2004).

No ano de 1964 estabeleceu-se, pela Lei 4.513, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) com proposta claramente assistencialista, a ser executada pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com o objetivo de acolher em caráter nacional à política de bem-estar de crianças e adolescentes. Desde a criação da FUNABEM e da Política Nacional de Bem Estar do Menor o tema “internação como último recurso foi sempre repetido, mas pouco seguido” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.66).

No final da década de 1970, Silva (2004) destaca um movimento social com uma nova visão sobre crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de sua história que apontava a perversidade e a ineficácia da prática de confinamento de crianças e adolescentes em instituições.

Contudo, as situações consideradas problemas sociais que envolviam o “menor” no período republicano no Brasil, o qual era vítima de violência, negligência e abandono, somente passou a ser enfrentada em meados dos anos de 1970, principalmente por meio de denúncias regulares contra esta situação (BERGER; GRACINO, 2005).

No entanto, o ano de 1979 foi indicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Ano Internacional da Criança, com a finalidade de chamar a atenção para os problemas que afetam as crianças em todo o mundo. As situações que envolviam crianças abandonados no mundo tomou uma nova proporção após a ação da ONU e alguns posicionamentos dos estados no Brasil começaram a surgir (BERGER; GRACINO, 2005).

A década de 1980 foi caracterizada pelo início da abertura democrática e no ano de 1986 criou-se a Comissão Nacional Criança e Constituinte e a FUNABEM sai da Previdência Social e passa para o Ministério do Interior, responsável pelas áreas social e de desenvolvimento. Em 1988, a nova Constituição Federal chamada “cidadã” contempla a proteção integral a crianças e adolescentes nos artigos 227 e 228, além de introduzir no aparato legal brasileiro, o conceito de seguridade social, agrupando as políticas de assistência, previdência social e saúde (BERGER; GRACINO, 2005).

As tratativas do estado para as crianças e adolescentes abandonados somente tomaram outro rumo com o período republicano no Brasil que tinham como proposta, ações que reafirmassem que as crianças seriam as herdeiras do novo regime que se estabelecia (BERGER; GRACINO, 2005).

A Constituição Federal de 1988 já introduzia mudanças nos direitos da Criança e do Adolescente já previa que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227,).

De acordo com Silva (2004), a partir da Constituição Federal de 1988, houve a formação de diversas associações que se articularam na luta, elaboração e na homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 – Lei Federal nº 8.069/90. A partir do ECA, as crianças e adolescentes passaram de “objetos de tutela” a “sujeitos de direitos e deveres”.

Os serviços prestados pelas instituições acolhedoras sofreram mudanças significativas na história recente do Brasil, especificamente no período que sucedeu a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990) que fora um marco nas ações voltadas a crianças e adolescentes no Brasil.

Um grande valor do ECA foi de criar um sistema de justiça para a infância e a juventude, tendo por suporte a "absoluta prioridade" das ações, mediante a criação dos Conselhos Municipal e Tutelar, das Curadorias da Infância e da Juventude, da redefinição da atuação dos Juízes de Direito, Juízes da Infância e da Juventude, cabendo, ao Conselho Municipal, definir as políticas de atendimentos, ao Conselho Tutelar e a sua execução.

De acordo com Silva (2004), entre os direitos previstos pelo ECA (1990) destaca-se o direito à convivência familiar e comunitária que prevê o fim da institucionalização arbitrária de crianças e adolescentes, como era prática em décadas anteriores.

Os dados do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes, cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivem em situação de institucionalização no Brasil, sendo que 87% possuem família e 58% mantêm vínculo com seus familiares (SILVA, 2014).

Uma breve análise dos dados possibilita pensar sobre a qualidade e a construção dos vínculos afetivos dos adolescentes com suas respectivas famílias, quais são as percepções que estes possuem deste núcleo familiar e como estas podem influenciar na continuidade do percurso escolar. Estes questionamentos, mais do que instigar respostas, problematizam o papel da família e, principalmente, das figuras parentais na história de vida dessas crianças e adolescentes.

Durante a minha atuação profissional como psicóloga credenciada à Vara da infância do fórum da comarca de Várzea Grande/MT percebi alguns desfechos possíveis em relação aos locais onde as crianças e adolescentes eram institucionalizados, que no passado recente eram chamadas de orfanato e atualmente chamado de casas lares, administrados pelo Estado, onde permanecem crianças e adolescentes aguardando a

resolução de quatro possibilidades para a própria vida:

- A primeira é a reinserção em família de origem ou extensa, ou seja, família de origem com nível de parentesco ou consanguínea;

- A segunda proposta seria a inserção em família substituta (adoção) quando esta criança já está destituída do poder familiar e a tutela pertence ao estado;

- A terceira opção se dá quando as primeiras não são atendidas, que é a permanência na instituição de acolhimento até que este complete 18 (dezoito) anos, que por inúmeros motivos vão desde a idade, raça, gênero, dentre outros, que podem interferir no perfil das famílias que desejam adotar um filho no Brasil.

- A quarta refere-se à evasão (fuga) desta criança ou adolescente da instituição acolhedora.

No Brasil, segundo Rizzini e Rizzini (2004), há uma longa tradição de internação de crianças e adolescentes em instituições asilares. Dias e Silva (2012) afirmam que as instituições, no decorrer da história, tinham como função principal, a separação de tudo que causava desordem social, como por exemplo, as crianças que viviam nas ruas.

Atualmente, é uma das funções do setor judiciário por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) manter atualizado o cadastro nacional de adoção e acolhimento no Brasil que dispõe de informações abertas ao público em geral, sobre os números atualizados de crianças e adolescentes institucionalizados no país.

1.2 Crianças e Adolescentes: sujeitos de direitos

Quando o assunto é institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil há necessidade de discorrermos brevemente qual seriam as bases legais e como se dão os atendimentos oferecidos nas instituições que atendem a esta demanda.

Rizzini (2007) aponta que no Brasil, historicamente a política de atendimento à infância e ao adolescente em situação de abandono vem sofrendo diversas transformações. A implantação da política de atendimento mudou gradualmente passando do domínio da igreja para entidades filantrópicas, até se tornar responsabilidade do estado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado na forma da Lei Federal 8.069 na data de 13 de julho de 1990, ainda no mandato do então presidente Fernando Collor, garante a proteção integral de crianças e adolescentes, conferida à

sociedade, conselhos, municípios e estados de todo o território nacional.

O ECA é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes, inspirado pelos projetos fornecidos pela Constituição Federal de 1988, adotando uma série de regras internacionais:

- Declaração dos Direitos da Criança;
- Regras mínimas das Nações Unidas para administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing;
- Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da Delinquência Juvenil.

O referido estatuto teve a primeira publicação em 13 de julho de 1990, com a Lei federal datada de 8.069, na qual, crianças e adolescentes passaram a ser vistos sob novas perspectivas, como “sujeitos de direitos”, contemplando a proteção integral de meninos e meninas de zero a 18 anos.

O Estatuto é composto por dois livros, o primeiro trata da proteção dos direitos fundamentais à pessoa em desenvolvimento e o segundo dos órgãos e procedimentos protetivos. Neste, encontram-se os procedimentos de adoção (Livro I, capítulo V), a aplicação de medidas socioeducativas do Conselho Tutelar e também dos atos infracionais cometidos contra crianças e adolescentes.

Segundo o Art. 7º, da Lei 8069/90, “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”

Ainda sobre o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990), cabe ressaltar que tal documento descreve como direitos fundamentais deste “público-alvo” de forma sintetizada:

1 – Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade. Segundo a Lei, a criança e ao adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento. Crianças e adolescentes podem opinar e se expressar, brincar, ter auxílio, refúgio e orientação.

2 – Direito à convivência familiar e comunitária. Crianças e adolescentes têm o direito de serem criados e educados no seio de sua família, com a convivência familiar e comunitária garantidas, de acordo com a Lei 13.257, de 2016.

3 – Direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Toda criança e adolescente tem direito à educação, visando o desenvolvimento tranquilo e saudável, na forma com que este item seja um exercício da cidadania, além da qualificação para o trabalho. Segundo o estatuto, a profissionalização deve oferecer condições para a frequência regular na escola, tendo a prática proibida para menores de 14 anos.

4 – Educação, cultura, esporte e lazer. É direito da criança e adolescente ter acesso à informação, cultura, esporte, lazer diversões e espetáculos, desde que estes estejam de acordo com a faixa etária do indivíduo. A garantia está registrada no Artigo 70 da Lei 8.069/1990.

5 – Ser protegido de casos de violência seja ela física ou psicológica. O Artigo 17 da Lei 8.069/1990 garante o direito à integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente. A legislação abrange a preservação da imagem, identidade e autonomia, além dos valores, ideias e crenças.

Esta proteção integral que o Estatuto da Criança e adolescente (ECA) se refere é o acesso aos serviços oferecidos pelo estado como sujeito de direito, tais como, direito à vida e à saúde; à liberdade; ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária; do direito à guarda; à tutela e à adoção; à educação; à cultura, ao esporte e ao lazer e à proteção no trabalho (ECA, 1990).

Sobre a criança e adolescente como sujeitos de direitos, cabe uma compreensão que baseia-se na premissa de que a criança e o adolescente devem emitir opiniões e participar das decisões que digam respeito às suas vidas. Contudo há de se pensar que na prática nem sempre é assim que acontece.

A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhe digam respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento (PNCFC, 2007, p. 28).

No Brasil existem o estatuto e leis específicas para dar tratativas a questões relacionadas à responsabilidade da família sobre os filhos ou membros dela, a citar, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), leis que vêm para garantir os direitos das crianças e adolescentes, como consta no art. 4º que determina:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros mais que asseguram a crianças e adolescentes de ter seu desenvolvimento na sociedade em que vivem (DIGIÁCOMO, 2013, p. 5-6).

Um dos artigos de maior relevância para objeto desta pesquisa é o Art. 4º que descreve como **Parágrafo único** e garante a prioridade que compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (ECA, 1990).

A institucionalização ou acolhimento institucional tem por objetivo acolher crianças e adolescentes considerados vítimas de maus-tratos, abuso sexual e negligência. É uma medida de proteção prescrita pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – Brasil – Lei nº 8.069/90. O ECA no Art. 5º cita que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, assim, é passível de punição na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.

Uma importante reflexão faz-se necessária, que são os motivos que fazem com que uma criança ou adolescente seja institucionalizada e neste sentido destaca-se uma breve descrição dos possíveis motivos.

Sobre instituições que atuam no acolhimento de crianças e adolescente que por alguns motivos tiveram seus direitos fundamentais violados descritos no Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) torna-se necessário ter conhecimento sobre as formas de acolhimento das instituições públicas e privadas. Em geral, as públicas estão associadas aos programas municipais ou estaduais. Já as privadas são iniciativas ligadas a diversas igrejas, orientações religiões e filosóficas e a organizações não governamentais. Estas, na maioria dos casos, terminam por receber recursos públicos para desenvolver suas ações.

As crianças e adolescentes podem chegar às instituições de diferentes maneiras. Aqui listamos as mais comuns:

- a) Levados por suas próprias famílias, quando se encontram sem condições de prover os cuidados necessários;

b) Encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude. São casos que ocorre o abandono, principalmente quando ainda bebês; outros em decorrência da necessidade de proteção perante situações de violência; ou ainda para cumprir medidas estabelecidas de privação de liberdade;

c) Por eles mesmos, quando em busca de auxílio ou de abrigo, devido a casos de violência, risco de vida ou pobreza extrema da família;

d) Por intermédio de outros agentes, em ações de recolhimento forçado, realizadas por determinação dos governos estaduais e municipais. Neste caso enquadram-se as crianças e adolescentes encontrados nas ruas, os quais são levados às instituições de triagem. Essas ações, quase sempre, incluem assistentes sociais e aparato policial ou similar. Crianças e adultos por nós entrevistados referiram-se a estes episódios como bastante violentos;

e) Encaminhados pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), quando vítimas de crimes contra crianças e adolescentes, incluindo violência doméstica, abuso e exploração sexual, etc.

f) Encaminhados pela Delegacia Especializada de Crianças e Adolescentes, quando flagrados cometendo algum tipo de delito;

g) Encaminhados pelo Conselho Tutelar. Com o advento do Estatuto da Criança e Adolescente, foram criados estes Conselhos, órgãos "... encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente" (ECA,1990).

O dever do Conselho Tutelar é intervir nos casos que os direitos da criança e do adolescente estejam sendo ameaçados e/ou violados. Os casos chegam ao Conselho Tutelar por meio de denúncias da Guarda Municipal, de instituições governamentais e não governamentais que atendem crianças e adolescentes, das próprias famílias, e, eventualmente, da Delegacia, aquelas que são consideradas estarem em situação de risco ou vulnerabilidade social extrema.

O ECA prevê que se a criança e/ou adolescente estiver em situação de risco (art. 98), o juiz da infância e juventude poderá determinar medidas protetivas que estão elencadas no art. 101. Uma dessas medidas é o chamado acolhimento institucional (art. 101, VII). O tempo máximo de permanência em serviço de acolhimento passa a ser de 18 meses.

Importante ainda sinalizar que conforme a Regulamentação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a regulamentação dos serviços de acolhimento para

crianças e adolescentes partilhados com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, integram os serviços de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social, sejam eles de natureza estatal ou não estatal e devem pautar-se nos referenciais dos seguintes documentos: Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano Nacional de Promoção, Proteção, Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Política Nacional de Assistência Social, Projeto das Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças, que são essenciais vinculados às políticas públicas vigentes.

Existe no Brasil um conjunto de leis com o objetivo de proteger as crianças e adolescentes em várias esferas da vida humana, contudo o sucesso, aplicabilidade e o resultado final dependem da gestão da instituição que os acolhe. Neste caso específico, a “Casa de Passagem”, localizada no município de Várzea Grande/MT.

1.3 Revisitando as instituições acolhedoras em Cuiabá e Várzea Grande

Uma das dificuldades encontradas na elaboração deste breve histórico acerca das instituições que atuam com acolhimento de crianças e adolescentes no estado de Mato Grosso é a ausência de registros oficiais que contribuam de maneira satisfatória com a elaboração da narrativa. A esse respeito Febvre (1949) destaca:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1949, p.428 *apud* LE GOFF, 1990, p. 89).

Na ausência de documentos, os depoimentos constituem-se como elementos para uma nova história e conseqüentemente documento produzido e registrado pela oralidade, o que não o torna menos importante. Le Goff (1990) ainda afirma que o documento é um produto da sociedade que o fabricou e só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e, ao historiador usá-lo cientificamente com pleno conhecimento de causa.

A passagem do oral ao escrito é muito importante, quer para a memória, quer para história. [...] não devemos esquecer que: 1) oralidade e escrita coexistem em geral nas sociedades e esta coexistência é muito importante para a história; 2) a história se tem como etapa decisiva a escrita, não é anulada por ela, pois não há sociedade sem história (LE GOFF 1990, p. 43).

Durante o percurso metodológico, fizemos uso da história oral e optamos por realizar as entrevistas com profissionais que atuam ou atuaram na área da assistência social, especificamente em Várzea Grande para complementar as informações obtidas nos registros oficiais. A respeito da história oral, Meihy e Holanda (2010), nos seus estudos afirmam:

A história oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistados. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2010, p.15).

Ao ouvir e organizar os relatos colhidos durante as entrevistas é possível que tenhamos acesso à memória dos fatos e situações narradas pelo entrevistado, ou seja, uma possibilidade de rememorar o contexto e variáveis que interferem na compreensão dos fatos e situações, o que poderá impetrar neste contexto é uma interpretação do passado intrinsecamente relacionada às questões sociais, constituída por meio das lembranças, rememorando as experiências já vividas. A esse respeito, Portelli (1997) destaca:

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem verdade, como as vozes – exatamente iguais (PORTELLI, 1997, p.16).

Os depoimentos são necessários visto que algumas crianças ou adolescentes institucionalizadas, por vezes são transferidas entre instituições situadas nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, local onde fora realizada a pesquisa. Essas instituições apresentam uma característica em comum, são em grande maioria públicas e algumas possuem gestão compartilhada com ONGs.

Existe uma legislação vigente que se refere à institucionalização de crianças e adolescentes no país, bem como, existe também toda uma sistemática e padronização das instituições que recebe este público e algumas definições são necessárias para compreensão da dimensão institucional onde desenvolveu-se a pesquisa.

A primeira definição importante é abrigo. Considerando sua amplitude, “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). Um abrigo diz respeito à instituição, entidade que desenvolve programa específico de proteção especial na modalidade de acolhimento institucional.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) adotou o termo “acolhimento institucional” para designar os programas de abrigo em entidade, como aqueles que atendem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Art.98 do ECA (1990).

As modalidades de acolhimento institucional previstas pelo PNCFC oferecidas na rede de atendimento municipal são: casa de passagem, abrigo de pequeno porte, casa lar e república. A medida é utilizada, conforme estabelece o Artigo 90, inciso IV (ECA, 1990) para crianças e adolescentes cujos direitos foram ameaçados ou violados pela família, pela sociedade ou pelo Estado. Aqueles que em casos extremos necessitem permanecer afastados de suas famílias até que as condições adequadas de convivência se restabeleçam, deve encontrar nas instituições de abrigo, um espaço de cuidado e proteção.

Nesse sentido, os abrigos são responsáveis por fornecer às crianças e aos adolescentes acolhidos todos os seus direitos fundamentais, utilizando os recursos oferecidos pelas políticas públicas municipais para zelar por sua integridade física e emocional.

Alguns projetos sociais funcionam com intuito de promover inserção social na cidade de Cuiabá e Várzea Grande/MT, dentre alguns destaca-se o “Projeto Siminina¹” coordenado pela Prefeitura Municipal e as atuais instituições acolhedoras em Cuiabá e Várzea Grande.

1.3.1 Projeto Siminina

Siminina é um Programa da Prefeitura Municipal de Cuiabá e destinado a meninas de sete até 14 anos. Foi criado na gestão do prefeito Roberto França no período

de 1997 a 2004 e promovido pela Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, atendendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

O projeto foi lançado pela ex-governadora e então primeira-dama Iraci Moreira França, esposa do ex-prefeito Roberto França, cumprindo promessa da campanha eleitoral de 1996.

Dentro da política de Assistência Social, o Programa Siminina¹ se caracteriza como um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, para crianças e adolescente de 07 a 14 anos, no nível de proteção básica, buscando prevenir situações de risco e violação de direitos, através de um espaço de convivência e formação para o exercício pleno da cidadania. O projeto atende requisitos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O foco é atender meninas que têm acompanhamento com uma equipe multidisciplinar composta por psicóloga, assistente social e pedagoga dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da prefeitura, que fazem o encaminhamento para Programas como Bolsa-família e Peti e atendem casos como desvio de comportamento, deficit de aprendizagem, violência familiar e maus tratos. Atualmente passou a ter supervisão direta da primeira-dama Márcia Pinheiro, após duas décadas de funcionamento.

1.3.2 Lar da Criança

O Lar da Criança era organizado e funcionava no formato de orfanato que recebia crianças e adolescentes órfãos ou em situação de abandono, quando as famílias não podiam cuidar e o Estado assumia a responsabilidade.

Os orfanatos, em passado recente, eram estruturados tanto fisicamente quanto à disposição de profissionais para que atendessem a demanda de público coletivo, ou seja, tudo que existia no orfanato ou abrigo era de uso coletivo. Ficava institucionalizado um número grande de crianças e adolescentes separados por gênero com rotinas diárias administradas pelos profissionais que ali trabalhavam. O lar da criança que funcionava

¹ Significado da palavra Siminina segundo Dicionário Cuiabanês de Willian Gomes (1996) – expressão do linguajar cuiabano que era usada para cumprimentar uma pessoa ao qual não se sabia o nome desta.

com este formato, deixou de existir por não atender as exigências e o novo direcionamento para as instituições acolhedoras.

O Lar da Criança era administrado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS/MT), Secretaria Municipal da Assistência Social, no qual, menores em situação de rompimento dos vínculos familiares eram acolhidos e recebiam cuidados pessoais, médicos e educacionais. Uma das premissas era garantir a segurança e o cuidado integral aos menores até 12 anos abrigados no local. Os motivos pelos quais as crianças eram encaminhadas à superintendência do Lar da Criança eram: abandono, abuso sexual e violência.

O ambiente contava com uma equipe multidisciplinar, que atuava 24 horas por dia e funcionários capacitados e preparados para oferecer o melhor atendimento aos meninos e meninas que estavam sob a tutela do Estado, que na maioria eram encaminhadas pelo setor judiciário.

Em 2013 o Governo de Mato Grosso promoveu o primeiro concurso público específico para cuidadores de crianças, considerando a necessidade de contratação de profissionais efetivos para esta unidade. Havia uma preocupação dos gestores do Lar da criança que era intensificar a convivência comunitária, conforme prevê o ECA e diversas ações de entretenimento foram incrementadas na programação dos pequenos.

Neste sentido, foram programadas e desenvolvidas atividades como futebol, futsal, pintura em tela, ginástica olímpica, entre outras ações que contaram com a ajuda de parceiros como a Rede Cidadã, Universidade Federal de Mato Grosso, Caixa Econômica Federal e Igrejas. Com ajuda de voluntários, as atividades internas possuíam uma programação especial em datas comemorativas, com direito a aniversariantes do mês, teatro e palestras sobre comportamento e saúde preventiva.

Em média, 80 crianças eram atendidas nesta instituição, sendo grande parte do município de Cuiabá e uma pequena parcela de Várzea Grande. O Lar da Criança encerrou as atividades em 18 de dezembro de 2017 por não atender às exigências das leis vigentes.

1.3.3 Casa da Criança Cuiabana

Após fechamento do Lar da Criança as instituições acolhedoras passaram a atender ao formato descrito no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) que

propõe que tais instituições funcionariam em formato de Casas Lares e continuariam com o serviço de acolhimento provisório, mas que seriam disponibilizados em casas residenciais. Um dos critérios que deveria ter, pelo menos, uma pessoa ou casal para trabalhar como educador/cuidador residente, que por vezes são chamados carinhosamente como pai ou mães sociais, num formato próximo a uma família, sendo, portanto mais acolhedor.

Estas Casas Lares devem estar localizadas em bairros residenciais da cidade, em locais que possuam estrutura como escola e unidades de saúde para que façam uso destes serviços, como uma família comum e seguir o padrão socioeconômico da comunidade onde estão inseridas.

Um fator importante é que uma Casa Lar é apropriada ao acolhimento a grupos de irmãos, crianças e adolescentes com perspectivas de acolhimento de média ou longa duração. O acolhimento de grupos de irmãos sempre foi fator traumático, visto que havia separação de irmãos em instituições diferentes, muito triste e traumatizante para as crianças envolvidas.

Segundo dados da Secretaria Assistência Social e Desenvolvimento Humano da Prefeitura Municipal de Cuiabá (site oficial) existem sete Casas Lares, popularmente conhecidas por Casa da Criança Cuiabana e para melhor detalhamento das informações entramos em contato via telefone para entendimento da disposição destes ambientes. A atendente da Casa Lar 1, Senhora Ana, gentilmente descreveu a distribuição, sendo:

- Uma Casa Lar atende bebês de 0 a 2 anos de idades;
- Duas Casas Lares que acolhem crianças de ambos os sexos, de 2 a 12 anos;
- Uma unidade para adolescentes deficientes;
- Uma casa Lar somente para crianças que precisam de atendimento de *Home Care* e são neuropatas;
- Uma Casa Lar para adolescentes do sexo feminino, de 12 a 18 anos;
- Um Casa Lar para adolescentes do sexo masculino, de 12 a 18 anos.

A estrutura física das Casas Lares em Cuiabá tem o mesmo padrão, seguem o direcionamento e mantendo o mesmo protocolo de cuidados. Importante sinalizar uma particularidade é que cada uma é administrada por ONG's, como o Grupo Cena Onze e Instituto Atitude, que recebem auxílio do município e uma pequena contrapartida da União.

As crianças e adolescentes chegam às Casas Lares encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e o Juizado da Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá. Algumas crianças e adolescentes que, por terem parentes e/ou familiares residindo em Várzea Grande/MT, são transferidos para instituições nesta localidade, motivo pelo qual optou-se fazer a contextualização deste percurso, visto que a pesquisa fora desenvolvida na instituição Casa de Passagem, localizada no município de Várzea Grande/MT.

1.4 Instituições acolhedoras em Várzea Grande

Várzea Grande é um município do estado de Mato Grosso, localizado na região Centro-Oeste do país. Pertence à região metropolitana do Vale do Rio Cuiabá e à região geográfica intermediária e imediata de Cuiabá com população aproximada de 284.971 habitantes, segundo dados obtidos do IBGE/2019.

Alguns projetos sociais e ações integradas existem no município de Várzea Grande, questões relacionadas à pobreza e vulnerabilidade social. Também acontecem situações nas quais as famílias não conseguem cuidar de seus descendentes. Em função desta incapacidade, algumas crianças vão parar nas casas lares e abrigos do município.

Em Várzea Grande é desenvolvido o Projeto “Vida Nova” que funciona em parceria com a Prefeitura Municipal, que atende desde o ano de 2004 crianças e adolescentes com situação de risco. Como em outras instituições, são encaminhadas pelo conselho Tutelar, Ministério Público e o Juizado da Vara Especializada da Infância e Juventude de Várzea Grande, a única exceção é que não se aceitam crianças e adolescentes com dependência química. O prazo de permanência gerido pelo projeto é de no máximo dois anos e também possui uma equipe técnica multidisciplinar composta por psicólogo, pedagogo e assistente social.

O Programa, atualmente, dispõe de quatro Casas Lares de apoio em Várzea Grande que visam à integração social. As casas possuem quartos, sala, cozinha, banheiro, quintal para realizar algumas atividades que estão disponíveis para aqueles que têm aptidão, o mais importante é o carinho e a atenção da mãe social, da auxiliar, psicóloga e assistente social.

As crianças e adolescentes participam, diariamente, de diversas atividades extraescolares, como: pintura em tela, capoeira, coral, futebol, natação, especial, cursos profissionalizantes e diversos passeios. Além de um acompanhamento médico,

odontológico, social, psicológico e educacional.

O projeto beneficia cerca de 40 crianças e adolescentes, do sexo feminino e masculino, de 1 ano à 17 anos e 11 meses, distribuído em quatro Casas Lares e 18 profissionais envolvidos que contam com o apoio de padrinhos e parceiros, dentre eles os médicos, juízes, sociedade civil organizada, psicólogos e empresários que colaboram por meio de cursos, capacitações e até mesmo o primeiro emprego.

Em alguns casos específicos, algumas crianças e adolescentes são transferidas da Casa de Passagem para uma das Casas Lares do “Projeto Vida Nova” até a decisão judicial que definirá a vida dos sujeitos que poderão ser reinseridos em sua família de origem ou família substituta (adoção), como destaca a Figura 3 que expressam as portas de entrada de uma criança ou adolescente na Casa de Acolhimento.

Figura 3 - Acolhimento institucional de crianças e adolescentes.



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

1.5 Breve contextualização da Instituição “Casa de Passagem”

Questões relacionadas à vulnerabilidade social que afetam diretamente crianças são fatos recorrentes durante toda história do Brasil, situações semelhantes ocorrem no contexto atual e no estado de Mato Grosso não seria diferente, por estas e outras questões crianças e adolescentes são institucionalizadas em diversas regiões do país.

Com intuito de promover melhor compreensão acerca do universo pesquisado revisitamos brevemente o percurso histórico da instituição denominada “Casa de Passagem” utilizando a história oral por meio de depoimentos com profissionais que, ao longo da carreira, dedicaram-se à referida instituição, que acolhe, desde 2001 crianças e adolescentes. Funciona em local adequado e adaptado para que possa permanecer no ambiente durante período que aguardam decisão judicial sobre a condução da vida dos menores.

Queiroz (1988) define o conceito de história oral:

História oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo (história de vida) ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade - tradição oral (QUEIROZ, 1988, p.19).

Para melhor compreensão, destacamos os protagonistas, sujeitos da nossa pesquisa (Quadro 1) que contribuíram sobremaneira para constituição da narrativa sobre o trabalho desenvolvido na “Casa de Passagem.” Vale lembrar que todos os relatos e depoimentos foram autorizados e documentados para socialização nesse estudo. São profissionais de excelência que doaram parte do tempo para abrilhantar uma história muitas vezes desconhecida pela sociedade em geral.

Quadro 1- Profissionais da “Casa de Passagem”

Nome	Profissão	Status atual
Jorge Budib	Psicólogo	Ex-colaborador
Paulette Rose da Costa e Silva	Psicopedagoga	Colaborador
Vania Plácido	Assistente Social	Ex-colaborador
Amanda Massoli Garcia	Psicólogo	Ex- colaborador
Natalia Lopes Rodrigues dos Santos	Psicóloga	Ex-estagiário
Denise R. Souza	Assistente Social	Colaborador

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Reconstituir este cenário, muitas vezes torna-se tarefa árdua pela ausência pela ausência de fontes documentais e registros, dificultando o trabalho do pesquisador. Segundo Le Goff (1990), o silêncio pode contribuir na construção da história.

O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas o resultado de escolhas. Escolhas do pesquisador que seleciona suas fontes, priorizando determinados documentos (e negligenciando outros), extraindo do conjunto dos dados do passado e atribuindo-lhe por meio de sua intervenção um valor de testemunho. Dessa forma, não existe documento inocente ou neutro, sendo esse “o resultado de uma montagem da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 2003, p.462).

O trabalho interdisciplinar desenvolvido pelos profissionais apoia-se no conceito de Fazenda (2001), quando afirma que é essencial as histórias de vida e das pesquisas daí advindas, propõe o objetivo de compreender e indicar caminhos perseguidos por alguns, na busca da utopia interdisciplinar, com destaque a uma nova e determinante categoria para os estudos da interdisciplinaridade, a parceria. A autora afirma que:

Nesse itinerário de vários anos, estabelecemos parcerias (categoria maior da interdisciplinaridade) com iguais e diferentes, rede pública ou academia. Pouco a pouco, procuramos atribuir significado às coisas e, nesse processo, aprendemos que a intersubjetividade (princípio primeiro da parceria) é muito mais que uma questão de troca, pois o segredo está na intenção da troca, na busca comum da transcendência (FAZENDA, 2001, p. 22).

Os relatos tornam-se fontes imensuráveis para reconstituição da história de vida ou de um local onde se deseja pesquisar. Neste contexto, os depoimentos revelam que a instituição não dispõe de registros da sua funcionalidade em relação aos aspectos pedagógicos desenvolvidos no ambiente educativo.

Para narrar os fatos do passado, contamos com o depoimento do psicólogo que atuou por mais de dez anos na “Casa de Passagem”, com larga experiência profissional, rememorou os sucessos e entraves durante sua permanência na instituição onde pode contribuir com os trabalhos ali desenvolvidos.

Jorge Budib, Psicólogo clínico e jurídico, atuou na Vara da Infância compondo a equipe técnica do Fórum da Comarca de Várzea Grande, devidamente registrado no conselho da categoria (CRP 18/1171), trabalhou na intitulada “Casa de Passagem” no período de 2008 a 2019. Faz-se necessário entrevistá-lo visto que não encontramos registros formais acerca do histórico da instituição onde a pesquisa foi desenvolvida.

Com intuito de dar seguimento à pesquisa, em função da pandemia (COVID 19) fez-se necessário lançar mão de recursos tecnológicos para a coleta dados. Neste contexto sobressai as redes sociais que oportunizam o compartilhamento de informações

e troca de experiências, além de benefícios de ser uma comunicação rápida e dar um sentimento de pertencimento aos seus participantes.

Neste sentido, o uso do aplicativo *WhatsApp* (2019) tem se mostrado uma prática frequente. Trata-se de um programa de troca de mensagens instantâneas de texto ou de voz, viabilizadas por meio da internet, que possibilita o compartilhamento de documentos, fotos e vídeos.

O profissional nos concedeu uma entrevista via on-line vídeo, utilizando aplicativo *Whatshapp* (2019) extremamente útil no atual contexto de saúde pública, dispondo-se a contribuir com nosso estudo, visto que todo o país, passa por um período turbulento e atípico de uma pandemia que afetou diretamente todas as instituições de ensino.

A pesquisa começou anterior ao ocorrido, no entanto, no momento da produção desta dissertação, o mundo já estava imerso na pandemia (COVID 19), a qual impôs à sociedade o isolamento social, com intuito de evitar o aglomeramento de pessoas, diminuir o risco de contágio e proliferação da doença, considerando que o entrevistado faz parte do grupo de risco (idoso e comorbidades).

As entrevistas utilizando meios tecnológicos foram fundamentais para garantir a preservação da saúde de todos os participantes e dar continuidade à pesquisa. Jorge Budib começa sua fala discorrendo sobre o que é uma casa transitória e sua função para a sociedade, algumas observações pontuais e observações dentro de uma perspectiva da psicologia social.

Segundo Bernardi (2010), a “Casa de Passagem ou Casa Transitória” é serviço proposto pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Convivência Familiar e Comunitária, com a finalidade de oferecer acolhimento de caráter emergencial, com espaços adequados e profissionais preparados para receber a criança e/ou adolescente em qualquer horário do dia ou da noite, diante da necessidade de acolhimento imediato e emergencial. Faz parte destas casos, as crianças perdidas ou com internação hospitalar do único responsável por elas. A entidade acolhe crianças e adolescentes por curta duração, tempo suficiente para avaliar a situação (diagnóstico situacional) e encaminhá-los para seus familiares ou para outros serviços.

Sobre a “Casa de Passagem”, situada no município de Várzea Grande/MT, Jorge Budib relata que a instituição foi fundada no primeiro mandato do então Prefeito Murilo Domingos, aproveitando a antiga Fundação do Menor - Fundação Eliane Gomes, estrutura formada com a colaboração do Rotary Clube Aeroporto, no mandato do

Prefeito Carlos Gomes no ano de 2001.

Com uma estrutura predial muito grande, era composta por um piso térreo e um piso superior, o espaço era idealizado com a ideia inicial de abrigo para cem crianças. O espaço físico foi sendo aproveitado para outros serviços da Secretaria de Promoção Social e os acolhidos ficaram somente com a parte superior, causando grande embaraço, pois o espaço era compartilhado com usuários de outros serviços do mesmo ambiente.

Como exemplo, destaca-se o momento em que os acolhidos queriam descer para se divertir na quadra de esporte ou fazer refeições no refeitório que se localizava na parte inferior e muitas vezes não podiam, porque estava sendo ocupado pelo outro setor. Comenta ainda, que naquele período não havia espaço adequado para acolhimento das crianças e adolescentes que por ali transitavam. A instituição não dispunha de uma estrutura compatível com o que estava preconizado na tipificação dos serviços socioassistenciais.

Sobre a disposição estrutural que a “Casa de Passagem” funcionava, além de atender à clientela, compartilhava o mesmo espaço físico com várias instituições funcionamento no mesmo local. É de ordem natural que existissem conflitos de várias naturezas e principalmente interesses distintos, que nos permitem refletir sobre a complexidade de fazer gestão com interesses diferentes, considerado uma enorme complexidade.

Fazer fluir os processos relativos ao estudo de crianças e adolescentes dentro desta realidade estrutural era uma luta constante e provocava nos profissionais da instituição desmotivação, muitas vezes, os processos se perdiam e aqueles que estudavam não frequentavam as aulas pelo simples fato do carro da instituição estar sendo ocupado por outra secretaria e situações similares.

Tal situação só veio melhorar no ano de 2018, com a transferência da Casa de Passagem para a antiga sede da Guarda Municipal, situado à Avenida Eduardo Gomes, 800. Porém, mudou da denominação para Casa de Acolhimento. O que, de certa forma, ocasionou uma confusão na política de atendimento, pois passaram a entender que não era mais uma casa transitória e sim um abrigo de longa permanência, em acordo com a nova denominação.

A mudança para novo espaço trouxe “*novo*” desafio que era lembrar às pessoas, às demais instituições e até mesmo a algumas autoridades de que a “Casa de Acolhimento” é uma instituição que oferta serviço de acolhimento transitório e temporário a crianças e adolescentes de 7 a 17 anos e 11 meses que necessitam

temporariamente daquele serviço. E que a ali não era abrigo.

O local onde atualmente funciona a “Casa de passagem” é estruturado para receber 20 crianças e/ou adolescentes, sendo 10 do sexo feminino e 10 do sexo masculino. No quadro de funcionários existem 01 gerente administrativo, 02 técnicos (Psicólogo e Assistente social), 08 cuidadores (4 homens e 4 mulheres) que trabalham em regime de 12 horas de trabalho por 36 de descanso e 02 cozinheiras que se revezam em trabalho diurno e noturno, 03 motoristas, ficando sempre 01 de plantão, além de 01 serviço geral para serviços de limpeza e conservação do ambiente.

Além da questão nominal, que confundiu a política inicial de atendimento, no município de Várzea Grande há carência de outros serviços, principalmente um local para abrigar adolescente em conflito com a Lei. Com a ausência desse local, não é raro, o Juiz determinar o acolhimento desse público no local, que em tese pode atrapalhar o relacionamento social dos acolhidos. Tal fato foi mais notado, quando o Ministério Público resolveu apertar a política das comunidades terapêuticas que não funcionavam em acordo com as exigências legais. Todas, sem exceção, foram fechadas, e os internos daquelas comunidades, ficaram por um tempo na Casa de Acolhimento.

Tal descrição acerca do histórico da instituição oferecida por Jorge Budid contribui sobre maneira para compreensão das dificuldades que os profissionais atuais que desempenham as funções na Casa de Passagem enfrentam cotidianamente no trabalho e principalmente à continuidade da criança ou adolescente institucionalizado no percurso escolar.

2. PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2.1 O acolhimento institucional

Quando o assunto é acolhimento institucional percebe-se que existe um esforço do Estado, principalmente nas últimas décadas, dando prioridade a alguns programas e conseguindo avanços no panorama da infância, tais como a redução da mortalidade infantil, a erradicação do trabalho infantil e a ampliação e qualificação do ensino fundamental. Contudo, no que tange à política de assistência social orientada às crianças e adolescentes, muitos desafios ainda estão presentes.

De acordo com ECA (1990), o artigo 19 do referido estatuto assegura o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta. Neste sentido, a criança só é encaminhada ao abrigo quando forem esgotados todos os recursos para a sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade. O documento também apregoa que a situação de pobreza da família não constitui motivo suficiente para o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar (Art. 23).

O documento é um marco na história quando o assunto é tratativa a crianças e adolescentes no Brasil em situação de risco, antes, a terminologia utilizada para definir os serviços de acolhimento eram orfanato e internato. A partir do ECA (BRASIL, 1990), começou a utilizar o termo abrigo e a partir da Resolução Conjunta (2009) denominada, Orientações Técnicas, a expressão “serviços de acolhimento” passa a se referir às quatro modalidades propostas:

- Abrigo Institucional;
- Casa Lar;
- República;
- Família Acolhedora.

O acolhimento institucional pode ser ofertado em diversas modalidades e gerido por diferentes instituições governamentais ou não governamentais, tais como: abrigo institucional; casa lar ou casa de passagem, sendo que este último é o ambiente onde foi desenvolvida a pesquisa.

De acordo com o documento intitulado Orientações Técnicas para os Serviços de

Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), o abrigo institucional é assim definido:

Serviço que oferece acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Oferece atendimento especializado e condições institucionais para o acolhimento em padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta (BRASIL, 2009, p. 29).

Cabe salientar que o foco do trabalho desenvolvido pelos abrigos refere-se à necessidade de trabalhar intersetorialmente de maneira articulada para o desenvolvimento de ações. É importante que as instituições que atuam com o acolhimento de crianças, mantenham permanente articulação com o sistema de garantia de direitos em destaque:

- Conselho Tutelar;
- Justiça da Infância e da Juventude;
- Ministério Público e outros;
- Rede social assistencial (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial),
- Demais políticas públicas - em especial, saúde, habitação, trabalho e emprego, educação, cultura e esporte;
- Sociedade civil organizada (Centros de Defesa do Direito da Criança e do Adolescente, Grupos de Apoio à Adoção, etc.).

Para melhor entendimento acerca das instituições revisitamos brevemente as responsabilidades e atribuições que compreendem as situações, fatos e motivos que levam uma criança ou adolescente a serem institucionalizados, em especial, a “Casa de Acolhimento”.

Uma observação se faz necessária: a porta de entrada para institucionalizar uma criança ou adolescente é o Conselho Tutelar. As atribuições estão previstas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, trata-se de um órgão municipal responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente, composto por membros eleitos pela comunidade para mandato de três anos. Nesse período, os conselheiros tutelares atendem crianças e adolescentes diante de situações de violação de direitos, bem como, aconselham seus pais e responsáveis. Somente a partir do atendimento por esta unidade é que se aplica alguma medida de proteção.

Em relação à aplicação de alguma medida protetiva pelos Conselhos Tutelares para alguma criança ou adolescente com algum direito violado gera-se um processo judicial, posteriormente é direcionado aos Juizados da Infância e Juventude, antes denominado de Juizados de Menores. São órgãos do judiciário estadual brasileiro que julgam causas de interesse das crianças e adolescentes em situação de risco e dos procedimentos de apuração de atos infracionais cometidos por adolescentes.

O Ministério Público é um órgão do judiciário estadual que atua na área da infância e juventude com a finalidade de garantir a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, sujeitos de direitos, conforme expressa previsão da Constituição Federal.

Segundo BRASIL (2016), a Rede de Proteção Social Especial (PSE), são entidades públicas que organizam a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, tem como foco desenvolver ações para cooperar para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Existem níveis, sendo de média e alta complexidade, de prestação de serviços da rede de proteção que se seguem.

A Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade sistematiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Devido à natureza e ao agravamento destas situações, implica o acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede.

No âmbito de atuação da PSE de Média Complexidade, constituem unidades de referência para a oferta de serviços:

- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): Unidade pública e estatal de abrangência municipal ou regional. Oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP): Unidade pública e estatal de abrangência municipal. Oferta obrigatoriamente, o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade compreende:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;
- Serviço Especializado em Abordagem Social;

- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência, (Idoso(a)s) e suas Famílias;
- Serviço Especializado para pessoas em situação de rua.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade, tem como o objetivo ofertar serviços especializados, em diferentes modalidades e equipamentos, com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem.

Para sua oferta, deve-se assegurar proteção integral aos sujeitos atendidos, garantindo atendimento personalizado em pequenos grupos, com respeito às diversidades (ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual). Tais serviços devem primar pela preservação, fortalecimento ou resgate da convivência familiar e comunitária - ou construção de novas referências, quando for o caso – adotando as metodologias de atendimento e acompanhamento condizente com esta finalidade.

De acordo com, o caderno intitulado Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (BRASIL 2009), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a PSE disposta no quesito como de Alta Complexidade inclui os seguintes serviços nominados:

- Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - Abrigo institucional;
 - Casa Lar;
 - Casa de Passagem; Proteção Social Especial e
 - Residência Inclusiva.
- Serviço de Acolhimento em República;
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Assim como os serviços de PSE de Média Complexidade, a oferta dos serviços de acolhimento deve seguir os padrões técnicos estabelecidos em normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e observar dispositivos das legislações relacionadas.

No município de Várzea Grande, a Rede Protege foi criada em abril de 2018, com o intuito de promover ações coordenadas e estratégicas de intervenção e orientação intersetorial no fortalecimento da Rede de Proteção à Criança e Adolescente no município.

O trabalho da Rede Protege é desenvolvido com a participação de todas as instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da criança e do adolescente no município e se destaca como uma prática social intersetorial, como instrumento de efetivação de políticas públicas, potencializando e fortalecendo o conhecimento dos profissionais em relação à rede que fazem parte, às atribuições institucionais, às situações de ameaça e violação de direitos, identificando lacunas e conflitos de competência no desenvolvimento do trabalho.

Em instituições de proteção à infância em risco, o profissional destinado a prover os cuidados diários à criança assume hoje, a denominação de “educador”, ainda que seja comum o uso do termo “monitor” para identificar o funcionário responsável por essa atividade (BAZON; BIASOLI; ALVES, 2000; SANTOS; BASTOS, 2002).

O termo “educador de abrigo” remete à imagem dos que ontem e hoje se dedicam ao cuidado de crianças afastadas do convívio com a família e entregues à guarda do Estado. No Brasil, a figura desse profissional remete às instituições infantis de cunho caritativo-assistencial e filantrópico no período colonial, assim como esteve na história de outros países (NOGUEIRA; COSTA, 2005; SIQUEIRA, 2006).

A Resolução conjunta n. 1, de 18 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, assinada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), apresenta parâmetros mínimos ao processo de seleção, capacitação e formação continuada dos “educadores de abrigo”.

Dentre outros pontos, o documento define, no processo de gestão do trabalho em instituições de proteção social de alta complexidade, o investimento na educação permanente dos profissionais que nela atuam, especialmente no que se refere ao refinamento de suas habilidades e competências para o cuidado nos três primeiros anos da infância. Em função disso, a normativa considera ser primordial para desenvolvimento das atividades conhecer quem são e como trabalham esses profissionais, com a perspectiva de adequar a orientação e a supervisão de suas práticas de cuidado à realidade que partilham as crianças e seus cuidadores, em ambiente de abrigo.

Neste processo de reordenação e profissionalização houve também modificações significativas especialmente com relação aos profissionais que compõem a equipe que atuam nas instituições, via de regra, os profissionais da equipe técnica são compostos por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos e os equipe de apoio que são geralmente os pais sociais.

Diante de todo esse processo de mudanças, no estado de Mato Grosso em meados do ano de 2000 houve uma reformulação nos serviços oferecidos ao atendimento à criança e adolescentes que precisavam de institucionalização, houve uma mudança tanto da perspectiva estrutural quanto da reformulação da equipe técnica que atuaria dentro deste novo contexto.

A ideia de “Casa Lar” tem origem quando, na Suécia, Fyhr (2001) afirma que ao longo do último século, a ideia central de que a família é o melhor ambiente para uma criança crescer saudável. A segurança de que a família é ambiente saudável para a criança, tornou-se particularmente forte, seguindo uma tendência estabelecida nas sociedades industrializadas (BOWLBY, 2002).

Diante desta nova realidade, considera-se que as instituições residenciais têm sido cobradas no sentido de oferecer o mesmo padrão de cuidado e carinho, comum na convivência em família. Aos poucos, foi se expandindo a ideia que era oportuna, em ambiente extrafamiliar, providenciando cuidados físicos necessários à criança e estímulo de interações sociais que envolvessem o adulto imbuído do papel parental.

Diante das mudanças, houve também a necessidade de repensar o perfil dos profissionais que atuavam em instituições que acolhem crianças e adolescentes, bem como, as práticas que eram utilizadas nos antigos orfanatos.

Outro fator primordial era a necessidade de reordenação e investimento na profissionalização no atendimento individualizado das crianças e adolescentes, na elaboração de um projeto técnico de atendimento e na efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.

O Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNJ) é um sistema criado e administrado pelo Poder Judiciário, via eletrônico que disponibiliza informações abertas ao público em geral sobre quantidade de crianças e adolescentes acolhidos e o perfil relacionado a gênero, idade por região do país.

Segundo o Sistema Nacional de Adoção (SNA), acolhimento e informações disponibilizadas atualmente, o número de crianças e adolescentes acolhidos no Brasil é de 31.385, entretanto, apenas 5.175 estão disponíveis para adoção com idade entre 0 a

27 anos, sendo que alguns continuam em situação de acolhimento, devido às condições de saúde física e mental.

O Estado de Mato Grosso, segundo a mesma fonte de informações, tem hoje 383 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, sendo que a maioria é composta de adolescentes com idade entre 12 a 18 anos.

2.2. Perfil dos profissionais que atuam na “Casa de Passagem”

As instituições que atuam na institucionalização de crianças e adolescentes recebem uma clientela classificada como estando em situação de risco pessoal ou social, na medida em que se define que a família, parentes ou outras pessoas responsáveis pela sua guarda, cuidado e proteção, não cumprem essa função. Esta clientela é considerada procedente de famílias denominadas desestruturadas, nas quais os responsáveis pelos menores os expõem a situações de descuido, abandono e violência.

Diante da necessidade de estudar a dinâmica e as relações que são estabelecidas pelos profissionais da instituição frente ao processo de acolhimento, percebeu-se que era fundamental conhecer e levantar informações a respeito do histórico de vida, do percurso escolar e as relações familiares das crianças e adolescente institucionalizadas.

Para melhor compreensão, apoiamo-nos dados colhidos em entrevistas com ex-educadores, pastas funcionais dos menores. Considerou-se, como ponto de partida, o levantamento acerca dos adolescentes institucionalizados e, para este fim, foi realizada a pesquisa documental, tendo como base as informações relativas à educação e saúde contidas nas pastas funcionais dos menores da própria instituição e com base nos documentos, associamos as entrevistas com educadores da instituição com os relatos a respeito do trabalho desenvolvido na instituição Casa de Passagem.

Observou-se nas bases documentais e entrevistas, que o perfil da clientela atendida pela instituição é crianças e adolescentes tendo como base familiar a genitora. Fica evidente que para algumas mães, o investimento no estudo não é algo importante para a vida, segundo os registros, o mais importante é sobreviver economicamente. Os documentos apontam que são famílias expostas à vulnerabilidade social extrema e alguns a violência doméstica e sexual.

Diante desta situação, tem-se um contexto social que reproduz a exclusão social e a discriminação de crianças e suas famílias, concomitante à produção de discursos e práticas que objetivam proteger e cuidar dessa população excluída. O local onde foi

desenvolvida a pesquisa atende a este público específico e com equipe técnica até aqui descrita.

A conhecida “Casa de Passagem,” localizada na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 800, bairro Planalto Ipiranga II é um local onde prioritariamente ficam institucionalizados adolescentes que estão sob medida protetiva, com a finalidade de acolher crianças e adolescentes consideradas vítimas de maus-tratos, abuso sexual e negligência. É uma medida de proteção prescrita pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – BRASIL. Lei nº 8.069/90. Uma observação se faz necessária, uma instituição denominada como “Casa de Passagem”, acolhe, provisoriamente crianças e adolescentes em situação de risco social proporcionando-lhes o suprimento de suas necessidades básicas, tais como: alimentação, higiene, atendimento à saúde e lazer.

A instituição “Casa de Passagem” atualmente, denominada de “Casa de Acolhimento” foi inaugurada em novas instalações no dia 17 de outubro de 2017, contudo, a instituição funcionava em outro ambiente há mais de dez anos. A proposta é oferecer atendimento humanizado à crianças e adolescentes institucionalizados, inseridos com acompanhamento psicológico, reinserção a vida escolar, acompanhamento jurídico e capacitação para o mercado de trabalho, ou seja, prepará-los para ter uma vida com autonomia, proporcionando educação e conhecimento social.

Ao pensar em educação dentro uma proposta mais ampla, no sentido de preparar o sujeito para a vida e com autonomia, torna-se importante refletir qual a influência da instituição acolhedora para atender esta proposta, uma reflexão necessária, que segundo Freire (1992):

Não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não se esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade (FREIRE, 1992, p. 78).

O período que os adolescentes estão institucionalizados é de responsabilidade dos profissionais e gestores da “Casa de Passagem” conduzir todas as rotinas, inclusive as escolares que vão desde a matrícula escolar, até o acompanhamento médico, se necessário, bem como manter organizada a pasta com os documentos de cada adolescente.

A “Casa de Passagem” tem como função primária acolhimento temporário de

adolescentes até que seja concluído estudo psicossocial, documento elaborado pela equipe técnica da instituição. Concluso o estudo, é encaminhado para condução do Juiz da Vara da infância e adolescência que define o direcionamento para as crianças e adolescentes, que tanto podem ser reintegrados à família de origem, quanto podem ser transferidos para outras instituições no estado e em último estágio, inseridos em famílias substitutas (adoção).

Os perfis dos adolescentes acolhidos na “Casa de Passagem” em sua maioria composto de indivíduos do sexo masculino e feminino com idade que variam entre 12 (doze) há 17 anos (dezessete) anos, contudo, como é uma casa de caráter transitório pode haver em alguns momentos a variação deste perfil.

A equipe dos profissionais que compõem a equipe técnica da “Casa de Passagem” têm formação técnica e nível superior, composta por psicólogo, assistente social e pedagogo e atualmente são funcionários públicos municipais concursados.

Em passado recente, os educadores que atuaram na “Casa de Passagem” eram nomeados pela Secretaria Municipal da Assistência Social do município de Várzea Grande/MT, fato este que gerava insegurança nos profissionais em relação a seguridade de emprego. Em função deste sentimento, algumas atividades realizadas no ambiente eram permeadas por algum tipo de descompromisso e várias ações desenvolvidas com as crianças eram descontinuadas. A rotatividade de profissionais também era um fator que contribuía com a não efetividade de algumas atividades na instituição, contribuindo para a não continuidade do percurso escolar.

Em contrapartida também observa-se que o fato dos menores estarem em situação de acolhimento institucional não é via de regra uma situação muito confortável. Estar distante da família ou daqueles que consideram mais próximos, traz para o adolescente uma nova gama de situações e adequações, visto que a condição de estar institucionalizado tem como desdobramento um período de adaptação às novas rotinas, regras e contextos que são administrados pelos educadores da casa de acolhimento.

Uma observação se faz necessária, os profissionais que atuam em instituições desta natureza, que tem a função de acolher, tiveram sua construção subjetiva baseada nas relações sociais em âmbitos familiar, escolar e trabalho. A forma como esses profissionais concebem e compreendem o mundo a respeito da relevância sobre a escolarização, pode interferir no resultado do trabalho que desempenham no cotidiano e nas tratativas com adolescentes institucionalizados.

O ECA (1990) prevê que se a criança ou o adolescente estiver em situação de

risco (art. 98), o juiz da infância e juventude poderá determinar medidas protetivas que estão elencadas no art. 101. Uma dessas medidas é o chamado acolhimento institucional.

Em decorrência desta medida protetiva, as instituições que prestam serviços de acolhimento institucional contam com todo aparato de normas dispostas no caderno intitulado Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASILIA, 2008)

Em situações que crianças e adolescentes estão institucionalizados há total responsabilidade do Estado para que tenham seus direitos assistidos, como acesso à educação, saúde e segurança. Em relação à instituição que os recebe e estão sob tutela das crianças e adolescentes tem um desafio que é fazer com que estes obedeçam regras e normas, incluindo a obrigatoriedade de estarem regularmente matriculados e frequentando as aulas.

Contudo é comum que não se adaptem ao ambiente escolar e desenvolvam algum tipo de aprendizado, bem como é perceptível pelos dados previamente analisados durante a nossa pesquisa, que grande parte dos acolhidos tem um percurso escolar fragmentado, nem sempre existiu aprendizado e que também não houve incentivo, valorização ou motivação por parte dos familiares em continuar ou promover condições mínimas para que o adolescente continuasse os estudos. No entanto, a instituição denominada “Casa de Passagem” conta com uma equipe técnica para acompanhar os que estão institucionalizados e promover a reinserção social dos assistidos.

No sentido de contribuir para compreensão do perfil dos profissionais que atuam na instituição “Casa de Passagem”, fez-se necessário realizar entrevistas com atuais e ex- colaboradores e/ou educadores. As entrevistas ajudaram a compreender além do perfil que era proposta inicial, permitiu também ter acesso às competências técnicas e comportamentais necessárias para bom o desenvolvimento das suas atividades.

A princípio, buscou-se por entrevistar ex-colaboradores com intuito de levantar o histórico da instituição e o processo de mudanças que a instituição sofreu durante sua existência. Para a construção da dissertação, utilizamos as informações extraídas nas entrevistas com os profissionais que desempenharam diversas funções. A partir dos relatos do psicólogo que atuou por mais de dez anos na “Casa de Passagem” foi possível construir um breve histórico da instituição.

Outras contribuições foram da Assistente Social Vânia Monge Plácido, que atuou por dois anos na instituição, período que acompanhou as mudanças estruturais e

no atendimento oferecido. E as Psicólogas Amanda Massoli Garcia e Natalia Lopes, que naquele período atuavam como estagiárias de Psicologia na Casa de Acolhimento.

Em função do contexto atual relacionado à saúde pública (COVID 19) foi necessário utilizar recursos tecnológicos para dar seguimento à pesquisa, as profissionais concederam entrevistas via online e responderam um questionário com perguntas abertas, com a finalidade de conhecermos a respeito do trabalho desenvolvido por elas na instituição.

A Assistente Social Vania Monge Plácido teve sua formação na Universidade Federal de Mato Grosso, negra e militante pela causa da mulher, atuou em instituições públicas como o Centro de Referência de assistência social (CRAS), o Centro de Referência especializa de Assistência social (CREAS) e Casa de Acolhimento.

De forma solícita e disposta a contribuir com nosso estudo, Vania Plácido, inicia a entrevista relatando que atuou como assistente social na Casa de Passagem por um determinado período, que fora convocada para assumir o processo seletivo simplificado com vínculo contratual de dois anos.

A profissional relata que foram dois anos de muitos desafios, a instituição não dispunha de uma estrutura compatível com o que estava preconizado na tipificação dos serviços socioassistenciais, contudo, o local ainda estava em construção e reforça que foram feitas adaptações no ambiente físico para que o novo espaço da “Casa de Passagem” começasse a funcionar. Concluídas as devidas adaptações, a instituição passou a funcionar em novo endereço. Após a mudança para o novo espaço passou a ser denominada de “Casa de Acolhimento”. A nova nomenclatura, segundo a psicóloga, trouxe um “*novo*” desafio:

Lembrar às pessoas, às demais instituições e até mesmo algumas autoridades de que a Casa de Acolhimento é uma instituição que oferta serviço de acolhimento transitório e temporário a crianças e adolescentes de sete a dezessete anos e onze meses que necessitam temporariamente daquele serviço. E que ali não era abrigo (Entrevista concedida em 15/08/2020).

Os relatos indicam que não basta o profissional ter competência técnica para atuar em instituições acolhedoras. Segundo os depoimentos, os desafios são diários, envolve a articulação de vários saberes e exige do profissional uma dose grande de resiliência.

Sobre o termo resiliência, segundo Novíssimo dicionário latino português (FARIA, 1967; SARAIVA, 2000), a palavra vem do latim *resilio*, *resilire*, *resilio*,

derivada de *re* (partícula que indica retrocesso) e *salio* (saltar, pular), significando saltar para trás, voltar saltando. No Brasil, o termo “resiliência”, até ser utilizado, a partir do fim da década de 1990, nos estudos de psicologia e se espalhar para um público leigo por meio de matérias de autoajuda veiculadas na mídia, era desconhecido da maior parte da população. Resiliência é frequentemente referida por processos que explicam a “superação” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações (YUNES; SZYMANSKI, 2001).

Vania, durante a entrevista, faz menção à importância do trabalho em equipe para alcançar resultados positivos nas ações com os institucionalizados. Descreve em parte da entrevista que *“compreendia a importância de uma equipe alinhada, com diálogo aberto e contínuo fato que não acontecia com alguns educadores e sinalizou que apenas com a equipe técnica havia este diálogo”* (Entrevista concedida em 15/08/2020). A convergência nas ações entre os pares, (assistente social e o psicólogo), segundo o relato, este alinhamento resultava em estudos psicossociais que traziam mais clareza à tomada de decisão do magistrado.

Dentre as atribuições da equipe técnica, segundo relato, inclui traçar estratégias e claro, sempre em parceria com o acolhido, para que juntos pudessem pensar na melhor forma de obter uma rotina social e escolar, visando uma possível reinserção familiar, seja extensa ou substituta.

Vania, descreveu em seu relato que a rotina de uma casa de passagem é complexa, além da variação do perfil dos abrigados, onde problemas relacionados à saúde mental e uso de droga estão cada vez mais presentes, exigem respostas institucionais multifacetadas e eficazes, além de uma intensa articulação com o poder público, especialmente com o poder judiciário e integração com políticas públicas variadas.

Outra atribuição da equipe técnica descrita pela assistente social Vania são as visitas programadas aos familiares dos acolhidos, buscando sempre uma alternativa ou até mesmo solução para acrescentar no relatório, o estudo psicossocial e encaminhar para a Vara da Infância e adolescência. Fato comum descrito por Vania era a rotatividade e até mesmo a reincidência da criança ou adolescente no serviço de acolhimento e relata que sempre buscavam atender às necessidades individuais.

Ao descrever as atividades realizadas, enquanto membro da equipe técnica da “Casa de Passagem”, no sentido de atender às demandas das crianças e adolescentes institucionalizados, se houvesse necessidade, eram encaminhados aos serviços de saúde

ofertados na rede, matrícula escolar, caso a criança e/ou adolescente estivesse fora da escola. Conseguia-se, em alguns casos, formar parcerias com alguns projetos sociais e inserir os acolhidos, sempre respeitando as habilidades de cada um.

As dificuldades relacionadas a recursos existem no cotidiano do exercício da função, dentre estes, comentou em entrevista que tinham dificuldades de cumprir com alguns compromissos, “*dividíamos o carro com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (Entrevista concedida em 15/08/2020)*”. Uma dificuldade no desenvolvimento das atividades do profissional que atua em uma casa de passagem é a rotatividade e falta de compromisso de alguns cuidadores.

Vania, durante a entrevista relata que este fator foi um desafio até os últimos dias de trabalho na instituição. A equipe era composta por cuidadores de ambos os sexos, sendo que os homens eram para “cuidar” dos meninos e mulheres para “cuidar” das meninas. Como a maioria dos cuidadores não conheciam o serviço ou, pelo menos, tinham ciência dos serviços que deveriam prestar na instituição de acolhimento, bem como, a política de Assistência Social, acontecia dois fenômenos perceptíveis: Alguns não ficavam muito tempo na função ou quando estavam compreendendo o trabalho no setor logo pediam desligamento. Estes dois fenômenos impactavam nos resultados dos serviços oferecidos.

Diante deste cenário de instabilidade relacionada à rotatividade de pessoa, algumas estratégias foram pensadas e colocadas em prática, comenta Vania durante a entrevista. Uma das sugestões foi a elaboração e execução de um cronograma de atividades diárias para os acolhidos, respeitando a faixa etária de cada um. Horário de aula, atividades de lazer, esporte, cultura e reforço escolar. “*Era um desafio imenso colocar em prática esse cronograma, pois, tínhamos realidades distintas ocupando o mesmo espaço de acolhimento*” (Entrevista concedida em 15/08/2020).

Uma das preocupações expressas pela profissional era quando a criança e/ou adolescente era reintegrado seja na família de origem ou extensa² ou encaminhada ao serviço de acolhimento permanente, conforme determinação judicial. Emocionada comenta que sempre tinha a preocupação e o cuidado de deixar explicado quais atendimentos o acolhido teve ou estava em andamento, solicitando que se possível não

² A denominação família extensa foi introduzida com a reforma do ECA, que se deu com a Lei 12.010/09 e, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 25:Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

fossem interrompidos.

Durante a entrevista com a Assistente Social, ficou explícito o comprometimento desta para com os resultados na inserção das crianças e adolescentes ao meio social. Preocupava-se com a continuidade no percurso escolar, os cuidados para com a saúde dos sujeitos institucionalizados e algumas das angústias expressadas durante o período que trabalhou na “Casa de Passagem”.

Com relação aos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), Vania descreve que era fator gerador de muita angústia e estresse, lembrou o quanto era e ainda é difícil um atendimento de psiquiatria infantil, por exemplo, por vezes necessitava deste atendimento em função de alguns transtornos ou dependência química por parte de algum acolhido. Relembra do longo período que o município de Várzea Grande/MT ficou sem este profissional atuando na rede em uma unidade do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPSI), dificultando sobremaneira o desenvolvimento de suas atividades na Casa de Passagem. Conclui após esta fala que na verdade, *“As políticas públicas precisam melhorar para atender as pessoas que buscam os serviços”* (Entrevista concedida em 15/08/2020).

Em relação ao acolhimento afetivo das crianças e adolescentes propriamente dito na “Casa de Passagem”, a assistente social inicia a fala relatando que sempre explicava aos acolhidos o que era a instituição, as regras e como as coisas funcionavam por ali. Ela percebeu que dentre os sujeitos institucionalizados pairava sempre sentimento de insegurança e desafeto, porque à medida que os dias, meses iam passando crescia uma angústia enorme por não terem resposta sobre seu caso, sua vida, aguardando a decisão do Juiz. Em contrapartida, percebia-se também a confiança e responsabilidade que a criança e/ou adolescente de modo particular, depositava no trabalho que a instituição desenvolvia.

A participante da pesquisa salienta também que a dimensão que precisava ser trabalhada na instituição junto aos acolhidos, era a afetividade. Segundo Vania, embora a equipe técnica fosse composta por assistente social, psicólogo e pedagogos, estes estavam imersos em atividades técnicas e administrativas na tentativa de promover reinserção dos acolhidos ao núcleo familiar ou transferi-los para outras instituições que tivessem melhor qualidade no atendimento. Desse modo, não restava muito tempo para desenvolver ações voltadas a esta dimensão.

Os relatos de Jorge (Psicólogo) e Vania (assistente Social) apontam que a chegada dos estagiários de Psicologia, o diálogo com os acolhidos ficou mais claro e as atividades pedagógicas foram favorecidas. Atualmente ambos não atuam mais na “Casa

de Passagem”. Uma das depoentes, Natalia Lopes Rodrigues Santos que na época era estagiária na “Casa de Passagem”, contribuiu com a pesquisa oferecendo informações importantes quando o assunto era afetividade e continuidade ao percurso escolar.

Na tentativa de resolver e prestar melhor atendimento a dimensão afetiva dos acolhidos a “Casa de Passagem” teve a contribuição de estagiários de Psicologia, que desenvolviam atividades em grupos e também no acolhimento individual, principalmente com crianças vítimas de violência física e sexual. A contribuição dos estagiários resultou melhor qualidade nos serviços oferecidos ao público-alvo da instituição e amenizou a situação de desafeto, segundo os relatos dos profissionais.

Natalia Lopes Rodrigues dos Santos atualmente é Psicóloga e atua na área organizacional. Psicoterapeuta, realiza atendimentos presenciais e online, também é professora habilitada para a Educação Básica e Profissional. Foi estagiária na “Casa de Passagem” e as contribuições para a pesquisa deram-se por meio de entrevistas colhendo informações ainda no período que foi estagiária de Psicologia na referida instituição.

Natalia relata que o estágio obrigatório do curso de Psicologia para os acadêmicos do 10º semestre foi extremamente positivo na sua construção profissional. Salientou que o atendimento com as crianças acolhidas a marcou bastante, pelo histórico de vida de cada uma, bem como, os estados de vulnerabilidade social e situações de violências. Relatou ainda que essas questões foram trabalhadas por meio da ludicidade com jogos e brincadeiras, o vínculo terapêutico criado foi essencial para o trabalho desenvolvido pois, a partir do estabelecimento da confiança, as crianças demonstravam suas questões possibilitando serem trabalhadas no setting³. Com os adolescentes, vínculo e confiança também foram desenvolvidos e foi possível realizar o trabalho de acolhimento.

Diante desses fenômenos descritos por Natalia durante a entrevista, nos apoiamos nos autores que embasam seus estudos na Psicologia Sócio Histórica, pautado nos conceitos de Vygotsky (1978) que afirma o desenvolvimento humano se dá por meio das relações sociais e devidas trocas que este indivíduo mantém no decorrer de sua vida.

Para Vygotsky (1978), a história da sociedade e o desenvolvimento do homem

³ Setting é palavra de língua inglesa ao qual a tradução quer dizer cenário, utilizada na psicologia para descrever ambiente onde atendimento/acolhimento psicológico foi realizado.

estão totalmente interligados e inseparáveis. Os mecanismos em que adultos tentam transmitir para as crianças, os hábitos, modos, valores, pensamentos, experiências e cultura, demonstram que desde o nascimento, as crianças mantêm constante interação com os adultos, em consequência disso, os processos cognitivos e psicológicos mais complexos vão tomando formas. No início são chamadas de intrapsíquicas, ou seja, partilhadas no contato com os adultos ou com as outras pessoas e na medida em que a criança vai crescendo os processos acabam por tornar-se intrapsíquicos (VYGOTSKY, 1978).

A esse respeito o autor esclarece:

Cada função no desenvolvimento cultural de uma criança aparece duas vezes: primeiro no nível social e mais tarde, no nível individual, primeiro entre pessoas (interpsicológico) e depois dentro da criança (intrapsicológico). Isso se aplica igualmente a toda atenção voluntária, à memória, à formação de conceitos. Todas as ações mentais superiores se originam como relações reais entre pessoas (VYGOTSKY, 1978, p.57).

Contudo, o completo e individual processo de aprendizagem perpassa pelo viés do afeto e segundo a teoria Walloniana, que traz grandes contribuições para o entendimento das relações entre educando e educador, além de situar a escola como um meio fundamental no desenvolvimento desses sujeitos. A noção de domínios funcionais “entre os quais vai se distribuir o estudo das etapas que a criança percorre serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa” (WALLON, 1995, p. 117).

Ambos os autores reforçam a teoria que o processo de desenvolvimento do ser humano passa pelo viés da interação social, que o processo de ensino e aprendizagem não estaria estanque a estas variáveis.

Nosso intento é compreender as influências da gestão educacional no processo de ensino-aprendizagem e na continuidade nos estudos de crianças e adolescentes institucionalizados. Entretanto, até que ponto os contextos sociais, familiares, escolares e principalmente os institucionais, interferem neste percurso.

As ideias centrais da teoria de Piaget (2011) contribuem para tal compreensão, considerando que a sua formação é biológica e considera a variável vinda do plano biológico e social, priorizando também os mecanismos de adaptação do meio. Segundo o autor, o sujeito tem necessidades biológicas para sobreviver e atender a estas busca. Adaptar-se ao meio na busca de sobrevivência e procura modificar esse meio pela ação,

e ao mesmo tempo, as modifica, à medida que interage com o ambiente.

Nesta perspectiva, Piaget (2011) afirma que, levando em conta esta interação fundamental entre fatores internos e externos, toda conduta é uma assimilação do dado a esquemas anteriores (assimilação a esquemas hereditários em graus diversos de profundidade) e toda conduta é, ao mesmo tempo, acomodação destes esquemas à situação atual. Daí resulta que a teoria do desenvolvimento apela, necessariamente para a noção de equilíbrio entre os fatores internos e externos ou, entre a assimilação e a acomodação.

O relato da Natalia nos chama a atenção, quando faz menção ao referencial teórico:

A breve passagem pela Casa de Acolhimento proporcionou um olhar diferenciado às vivências de vulnerabilidade, negligência e abandono, pois os acolhidos pela Casa na sua maioria têm, em sua história essa realidade. Percebi o quanto essa historicidade marcada pela falta de afetividade, baixa tolerância à frustração e vínculos fragilizados os afeta. Notei a necessidade do acompanhamento psicológico dessas crianças e adolescentes, para que possam olhar para si e iniciar um processo de elaboração das vivências negativas (Entrevista concedida em 29/08/2020).

Considerando que a aprendizagem humana é um processo que acontece ao longo da existência, Piaget (2011) afirma que o desenvolvimento cognitivo é uma teoria de etapas que pressupõe que os seres humanos passam por uma série de mudanças ordenadas e previsíveis. Pressupostos básicos de sua teoria, o interacionismo, a ideia de construtivismo sequencial e os fatores que interferem no desenvolvimento. Considera a dimensão do afeto neste processo, contudo afirma que:

É indiscutível que o afeto tem um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem o afeto não haveria nem interesses, nem necessidades, nem motivação; em consequência, as interrogações ou problemas não poderiam ser formulados e não haveria inteligência. O afeto é uma condição necessária para a constituição da inteligência. No entanto, em minha opinião, não é uma condição suficiente (PIAGET, 1994, p.12).

Natalia ainda relata que, durante a vivência na “Casa de Passagem” percebe que *arte, arte do ser Psicólogo*. Segundo ela, o Psicólogo é um artista, atua em diversos contextos desafiadores que exige um contínuo estudo e atualização, enquanto atuante da profissão.

O Psicólogo se depara com situações que lhes são exigidas habilidades poéticas de empatia, sensibilidade e amor à causa, sem que ultrapasse as barreiras do profissionalismo e das técnicas da ciência psicológica. A partir

do olhar sensível aos acolhidos, percebi que estes têm difíceis histórias para elaboração, mas que existe uma imensa força em cada um, acima de toda violência sofrida são resilientes percebe-se a afetividade de cada criança e adolescente que estão à espera de poderem amar e ser amados (Entrevista concedida em 29/08/2020).

Durante as entrevistas optou-se por fazer o mesmo conjunto de questões a todos os profissionais e/ou ex-educadores da “Casa de Passagem” houve respostas em comum quando questionados: Você gostaria de comentar sobre alguma criança ou adolescente em especial que acompanhou no período que atuava na casa de passagem?

Uma constatação fora percebida durante as entrevistas e na pesquisa documental, que a instituição tem caráter transitório, ou seja, o adolescente permanece neste ambiente enquanto aguarda decisão judicial sobre qual seria o direcionamento para a sua vida (transferência para outra instituição, reinserção a família ou ainda em família substituta), contudo, alguns permanecem na instituição mais tempo quando apresenta algum tipo de transtorno mental que necessita de tratamento médico e psicológico, fatores que combinados trazem prejuízos para a continuidade dos estudos.

A Psicóloga Amanda Massoli Garcia contribuiu com a pesquisa concedendo entrevista, seguindo o mesmo formato dos demais ex-colaboradores da Instituição. Atuou na Casa de Acolhimento durante um ano e atualmente é funcionária pública municipal concursada.

Os dados colhidos com esta profissional provocaram a reflexão sobre a complexidade da atividade desenvolvida em instituições que atuam no acolhimento de crianças e adolescentes. Durante o relato, observe a resposta quanto ao questionamos sobre o período em que atuou na Casa de passagem, considerando algumas situações, realizações, frustrações, etc).

A rotina extrapolava em muita as funções profissionais previstas. Havia o acompanhamento individual dos casos, com contato com o judiciário, mas havia também a imposição da Secretaria de que o tempo todo estivéssemos no ambiente, disponível pra ouvir os adolescentes (o que difere em muito do previsto na legislação para o tipo de abrigo). Então acabava sendo difícil atuar e ter que aturar tantos desmandos. A saúde emocional do trabalhador se esgotava todo dia. Além disso a gerência não qualificada e de compreender a função do serviço interferia de forma negativa diariamente no trabalho da equipe e no bem-estar dos usuários do serviço de forma negativa (Entrevista concedida em 30/09/2020).

O relato da Psicóloga nos faz pensar que não basta apenas ter formação acadêmica para desenvolver atividades em instituição acolhedora, as competências

técnicas são importantes, mas as habilidades ditas como sociais e psicológicas são fundamentais no exercício da atividade laboral na instituição, como descreve Perrenoud (2001):

Definição de competência segundo Le Boterf: A competência não é um estado, mas um processo. Se a competência é uma forma de saber agir, como é que ela funciona? O operador competente é aquele capaz de mobilizar, de aplicar de forma eficaz as diferentes funções de um sistema no qual intervêm recursos tão diversos quanto operações de raciocínio, conhecimentos, ativações da memória, avaliações, capacidades relacionais ou esquemas (PERRENOUD, 2001, p. 13).

Algumas angústias, insatisfações e frustrações vivenciadas por Amanda com relação ao desenvolvimento na “Casa de Acolhimento” ficam evidenciadas em outro trecho da entrevista.

Lembro de alguns casos, em especial aqueles que tiveram finais “felizes”. Era extremamente desgastante tentar fazer o melhor, pois o trabalho da Equipe da Casa era extremamente desvalorizado pelo judiciário de Várzea Grande. Além disso, o Conselho Tutelar tratava a Casa de Acolhimento como depósito de crianças e adolescentes que Muitas vezes não precisavam ficar acolhidos, mas havia muita incompetência e preguiça do órgão para exercer suas funções, e achava que deixar na Casa era mais fácil. A melhor parte foi trabalhar com outros profissionais muito competentes de equipe técnica. No mais, foi uma experiência adoecedora mental e fisicamente (Entrevista concedida em 30/09/2020).

Através do relato da psicóloga Amanda, dar-se a entender que não basta ter formação acadêmica para atuar na “Casa de Passagem”, somando-se a competência técnica e comportamental descrita acima, é necessário uma dose extra de tolerância a frustração, principalmente quando as situações envolvendo crianças e adolescentes não se dão a devida atenção e também há de considerar as afinidades e tendências do profissional que atua nestes ambientes.

Outra variável importante no processo de ensino e aprendizagem que ficou explícita durante a entrevista concedida pela Psicopedagoga da “Casa de Passagem” foi sobre Motivação.

Paulette Rose da Costa e Silva, tem graduação em Letras e Pedagogia, pós-graduação em Psicopedagogia. É Psicopedagoga da “Casa de Passagem” desde o ano de 2015, funcionária pública municipal, atua nas instituições de acolhimento infantil do município de Várzea Grande/MT e divide o tempo de trabalho, entre as casas lares do Projeto Vida Nova e “Casa de Acolhimento”.

É a Psicopedagoga responsável pelo acompanhamento da vida escolar das crianças e adolescentes institucionalizados, bem como, faz acompanhamento pedagógico nas tarefas e atividades de reforço escolar, leitura, tabuada, trabalhar datas comemorativas por meio da Leitura e interpretação de textos, cartazes, rodas de conversas e dinâmicas entre outros,

Paulette descreve sobre a motivação para atividades escolares das crianças e adolescentes institucionalizadas, em específico na “Casa de Acolhimento” expressa algumas frustrações.

*É uma batalha diária em motivar as crianças e adolescentes porque a maioria não se interessa em fazer as atividades já tivemos aula de Capoeira não eram todos que queriam participar, mas tinha dias que o professor conseguia todos participassem procurar atividades diferenciadas para motiva-los (“motivá-los”, mas veja o original como: Dinâmicas de grupos, rodas de conversas para que possam conseguir interação de todos. É um aprendizado diário fazer com que eles tenham **motivação** para fazer as atividades porque falta de motivação da maioria das crianças e adolescentes em não querer fazer é muito grande. Quando se sentem motivados e fazem as atividades é vitória (Entrevista concedida em 29/09/2020).*

O relato da Pedagoga nos leva a refletir sobre a pessoa e atitudes do ser humano. Temos ciência que estamos em constante desenvolvimento e, considerando o desenvolvimento infantil dentro da perspectiva da evolução, nos apoiamos em Wallon (2007), que destaca a ligação indissolúvel entre o desenvolvimento psíquico e o desenvolvimento biológico do indivíduo, afirmando que não existe predomínio do desenvolvimento psíquico sobre o desenvolvimento biológico, mas ação mútua. Há, portanto, uma incessante ação recíproca, do ser vivo e seu meio.

Paulette ainda relata a condição que desenvolve as atividades na Casa de Acolhimento e deixa transparecer a ligação entre o desenvolvimento psíquico e biológico, bem como, esta ligação pode interferir na continuidade do percurso escolar.

Trabalhar na casa de acolhimento se você tem que ter empatia e amor ao próximo são várias as situações que você se depara com ela: Abuso, negligência, maus tratos, abandono. Mas tentamos nos manter firme na missão de cuidar acolher e proteger essas crianças e adolescentes enquanto estiverem sob nossa responsabilidade na casa de acolhimento (Entrevista concedida em 29/09/2020).

O relato da pedagoga nos leva a refletir a respeito do ser humano. Temos ciência que estamos em constante desenvolvimento e, considerando o desenvolvimento infantil dentro da perspectiva da evolução, nos apoiamos em Wallon (2007) quando afirma sobre a criança.

Wallon (2007) sobre criança fragmentada afirma:

É contra a natureza tratar a criança fragmentariamente. Em cada idade, ela constitui um conjunto indissociável e original. Na sucessão de suas idades, ela é um único e mesmo ser em curso de metamorfoses. Feita de contrastes e de conflitos, a sua unidade será por isso ainda mais susceptível de desenvolvimento e de novidade (WALLON, 2007, p. 198).

Diante dos depoimentos sobre o processo de ensino aprendizagem e continuidade do percurso escolar que envolve a construção subjetiva do sujeito, respeito a forma com sua visão de mundo, quando questionada sobre se gostaria de comentar sobre alguma criança ou adolescente que acompanhou no período em que atua na casa de passagem, Paulette responde: *Não, porque cada um é especial, tem seu histórico, suas vivências e nós estamos ali para acolher, cuidar e suprir as suas necessidades até o momento da sua reintegração à família ou transferência para projeto Vida Nova (Entrevista concedida em 29/09/2020).*

Sobre a relação mundo e sujeito, Ponty (1999, p.576) afirma que: “O mundo é inseparável do sujeito, mas de um sujeito que não é senão projeto do mundo, e o sujeito é inseparável do mundo, mas de um mundo que ele mesmo projeta.”

Algumas crianças e adolescentes institucionalizados, por serem menores e suscetíveis às legislações específicas, tem a condução da própria vida compartilhada entre o poder judiciário, em específico às Varas da Infância e Adolescência, Conselhos Tutelares e Instituições acolhedoras. Diante desta condição é comum o fato de alguns sujeitos repassarem por várias instituições e serem conhecidos pelas equipes técnicas.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Tendo como objeto de estudo, crianças e adolescentes institucionalizados, o trabalho foi realizada na instituição “Casa de Passagem”, situada no município de Várzea Grande/MT. Considerou-se como ponto de partida o levantamento de informações acerca dos adolescentes que estão institucionalizados e para este fim, foi realizada pesquisa documental, tendo como base as informações relativas à educação e saúde contidas nas pastas funcionais dos adolescentes da própria instituição. Os participantes da pesquisa foram constituídos por profissionais que atuaram e continuam atuando junto à instituição como apontado no Quadro 1.

No período que os adolescentes ficam institucionalizados é uma das obrigações da instituição responsável ter e manter toda a documentação relativa a aqueles que ali estão devidamente organizadas, considera-se excelente base de pesquisa e foi utilizado também o grupo focal.

Segundo Powell e Single (1996, p. 449), o grupo focal é “um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é o objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal”.

Para melhor compreensão fizemos uso da pesquisa exploratória e entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuaram e ainda atuam na “Casa de Passagem”, com o intuito de obter informações acerca do histórico de vida das crianças e adolescentes institucionalizados, principalmente ao que se refere ao percurso escolar e estrutura familiar com o intento de compreender o perfil da clientela atendida e também traçar o perfil dos profissionais que prestam serviços no ambiente que atuam.

Segundo Gil (2008), uma pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema. Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado.

Richardson (1999), afirma que o termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas.

A pesquisa em questão, a proposta inicial para coleta de dados era apenas o grupo focal, entrevistas e pesquisa documental, contudo, devido à situação atípica que

enfrentamos no ano de 2020, algumas variáveis fugiram ao controle e por uma questão de saúde coletiva, tivemos que fazer algumas alterações no percurso metodológico. As variáveis que provocaram alterações no percurso metodológico dizem respeito à pandemia que assolou o mundo (COVID 19), uma questão de saúde global a qual foram impostas sanções e decretos que restringiam o contato entre pessoas, evitando assim aglomerações, instituições públicas fecharam e estas geraram impacto no andamento do nosso estudo.

Diante da situação exposta repensou-se a melhor forma de continuar a pesquisa, e optou-se por utilizar os recursos tecnológicos para realização de entrevistas e grupo focal que garantiram a continuidade da coleta de dados.

Aproximadamente, durante três meses não pudemos fazer visitas pessoalmente à instituição “Casa de Passagem”, devido aos impedimentos condicionados pelo estado, relacionado à saúde pública e após permissão dos profissionais fizemos uma visita, com restrições de contatos e sem poder fazer reuniões presenciais para que não houvesse aglomerações. Optou-se, também por utilizar entrevista semiestruturada, constituindo elementos para dar significado ao longo dos capítulos desta dissertação.

Sobre a entrevista semiestruturada, Manzini (2004) ressalta que possui um roteiro de perguntas básicas previamente estabelecidas e com referência aos interesses do objeto de estudo. Ela difere da estruturada pela sua flexibilidade quanto às atitudes e compreensão do pesquisador, podendo ou não alterar as perguntas no decorrer das respostas dadas.

Os participantes da pesquisa, a princípio, seriam a equipe gestora e educadores que atuam na instituição, contudo em breve visita realizada percebeu-se que havia tido troca de profissionais, principalmente da equipe técnica, ou seja, psicólogo e assistente social.

Atualmente os que atuam na instituição têm pouca vivência das atividades naquele ambiente e pouco sabiam do histórico tanto da instituição, quanto das crianças e adolescentes ali acolhidos. Na data da visita, a psicóloga e assistente social relataram que fazia aproximadamente 40 (quarenta) dias que tinha tomado posse do cargo.

Em função da rotatividade de profissionais na Casa de acolhimento, e podendo haver alguns prejuízos com relação às informações optou-se, por realizar entrevistas com profissionais que atuaram na instituição, no sentido destes trazerem informações mais fidedignas. Contudo, considerou-se também as opiniões e percepções dos

profissionais que estão atuando, somou-se às informações coletadas, com intuito de ter melhor interpretação dos dados.

A rotatividade de profissionais na “Casa de Acolhimento” é um fato recorrente e pode trazer prejuízos à condução das atividades propostas, fato que a Psicóloga Amanda relatou em entrevista, quando questionada acerca da atividade na instituição.

Antes do período de isolamento social e restrições determinadas pelo estado em decorrência da pandemia (COVID 19), foram realizadas reuniões com educadores da instituição com objetivo de levantar informações e prepará-los para o grupo focal, bem como, as pesquisas documentais nas pastas dos adolescentes institucionalizados. Esta preparação prévia se fez necessária para extrair informações mais fidedignas.

Sobre o perfil da clientela da instituição observou-se tratar-se de um grupo heterogêneo, com aproximadamente 10 a 15 adolescentes institucionalizados, do sexo masculino e feminino. A instituição tem caráter transitório, o adolescente permanece neste ambiente enquanto aguarda decisão judicial sobre qual seria o direcionamento para a sua vida (transferência para outra instituição, reinserção à família ou ainda em família substituta), contudo, alguns permanecem na instituição mais tempo, e alguns têm algum tipo de transtorno mental necessitando de tratamento médico e psicológico, fatores que combinados trazem prejuízos na continuidade do percurso escolar.

Com relação aos educadores da instituição fica evidenciado que são acessíveis, tem formação em nível superior e contribuíram de maneira satisfatória com a pesquisa. Em muitos momentos durante os encontros, percebeu-se que estão desmotivados com relação ao trabalho e a relação com os adolescentes institucionalizados está desgastada, visto que, esses profissionais representam as regras e obrigações.

O grupo focal foi agendado em dois momentos, contudo devido a problemas de saúde da Pedagoga e da Psicóloga teve que ser reagendado. É muito comum, o profissional se afastar por motivo de saúde, fato que atrasou o andamento da pesquisa.

Realizado um novo agendamento, o grupo focal foi realizado por meio de recursos tecnológicos e foi utilizada da *Microsoft Teams*, uma ferramenta que permite utilização de vídeo para que tivéssemos contato visual e gravar em arquivo as respostas dadas pelos profissionais presentes no grupo, recursos que seriam úteis para transcrição das respostas e manuseios das informações obtidas nessa dissertação.

Para o grupo focal elaboramos três perguntas norteadoras para conduzir a discussão e colher percepções acerca da continuidade do percurso escolar e influência da família neste processo:

- 1 – Qual sua opinião a respeito da escolarização na casa de acolhimento?
- 2 – No seu ponto de vista, a família é importante para continuidade do percurso escolar?
- 3 – Com relação aos adolescentes e crianças que transitam pela casa de passagem, qual seria seu entendimento da não continuidade aos estudos? Quais impedimentos ocorrem?

As respostas obtidas no grupo focal contribuíram sobremaneira para a construção dos capítulos e as questões norteadoras foram pensadas no sentido de colher informações a respeito da percepção dos educadores que atuam na “Casa de Passagem” sobre os fatores que interferem na continuidade do percurso escolar das crianças e adolescentes institucionalizados bem como, as respectivas responsabilidades dos profissionais que atuam na instituição.

3.1 Famílias, interações sociais e aprendizagem.

Diante do contexto e considerando o objeto de estudo faz-se necessário abordar as questões familiares e processo de ensino aprendizagem, bem como, a continuidade no percurso escolar. Buscou-se compreender as influências do contexto social, educativo e familiar no processo de ensino aprendizagem na perspectiva de gestão e articulação do acolhimento aos adolescentes para a inserção educativa e seria sociocultural.

No desenvolvimento do grupo focal, uma das questões norteadoras fora: No seu ponto de vista, a família é importante para continuidade do percurso escolar? Um dos relatos que se destacou durante as entrevistas foi do Psicólogo Jorge Budib, quando o assunto em discussão era sobre a família.

Eu acredito que a família é primordial na continuidade do percurso escolar de seus filhos, no sentido de dar exemplo e proporcionar estrutura que a criança precisa, tenha uma certa retaguarda para se inserir nos estudos e ao mesmo tempo fico muito triste quando percebo que o principal motivo destas crianças serem acolhidas é exatamente a desestrutura familiar, pois se houvesse uma estrutura melhor no meio familiar não precisaria de Casa da passagem ou instituição semelhante (Grupo focal realizado em 19/09/2020).

O tema família foi mencionado por diversas vezes durante as entrevistas e no grupo focal pelos profissionais que atuam na “Casa de Acolhimento”. O relato do Psicólogo trouxe a tona, a relevância da instituição sobre a continuidade do percurso escolar de crianças e adolescentes e as relações com a família.

A respeito da família como elemento estrutural e constituinte do ser humano,

entende-se como “uma forma de organização ou disposição de um número de componentes que se inter-relacionam de maneira específica e recorrente” (WHALEY; WONG, 1989. p.21). Deste modo, a estrutura familiar compõe-se de um conjunto de indivíduos com condições e posições socialmente reconhecidas e com uma interação regular e recorrente.

As configurações familiares sofreram alterações ao longo da história, sendo que até o século IX as famílias tidas como socialmente aceitáveis eram as tradicionais, compostas por pais e filhos, essa proposta de constituição familiar permaneceu até meados do século XX, quando novas configurações familiares surgiram advindas de mudanças no contexto socioeconômico da sociedade e pela entrada na mulher no mercado de trabalho.

Ao referirmos sobre a participação da família na continuidade do percurso escolar, a pedagoga Paulette, nos relata:

Família é muito importante, as configurações familiares mudaram muito. A maioria das crianças da casa de acolhimento tem muita dificuldade de aprendizagem, principalmente por falta da família prestar atenção e acompanhar nos afazeres escolares, se os pais não estiverem acompanhando, participando de reuniões, entendendo a proposta pedagógica, não ficam sabendo o que está acontecendo com a mesma. A criança que tem acompanhamento da família tem um aproveitamento diferente daquela que não o tem, é perceptível (Grupo focal realizado em 19/09/2020).

O relato mais uma vez possibilita a reflexão sobre a educação. A Pedagoga afirma que o ato educativo deve permear qualquer ambiente, seja na escola ou núcleo familiar. E ainda destaca que algumas crianças acolhidas apesar de terem monitoramento e acompanhamento escolar, muitas vezes não apresentam um bom desempenho e rendimento escolar.

Sobre a família tradicional, Ariès (1986) afirma que historicamente esta configuração rompe com modos e costumes de épocas anteriores, isola a família em seu lar, onde o marido/pai passa a ser o provedor do sustento da família; e a mulher, a responder pela vida doméstica e pela educação dos filhos, a qual se constitui a principal preocupação do casal.

Ao considerar a família brasileira, explicita-se que existe uma enorme variedade de conceitos:

A amplitude de literaturas sobre a história das famílias brasileiras revela uma diversidade de conceitos, deixando claro que não existe uma única definição,

e nem poderia, uma vez que cada definição está fundamentada numa determinada corrente de pensamento que orienta a forma de agir e de pensar de cada sujeito. Essas diferenças de concepção precisam ser respeitadas para que se evitem preconceitos e até discriminação quanto à tolerância com a diversidade humana, e assim a aceitação das diversas composições de família, de forma a evitar os paradigmas de família normal x família incompleta, ou qualquer coisa dessa ordem (SANTOS, 2008, p. 26).

A família é o primeiro núcleo social do qual um ser humano faz parte, independente da constituição familiar. O formato de família ou o ideal mudou ao longo do desenvolvimento da sociedade e contexto histórico, sendo que não existe hoje em dia somente o formato de família tradicional ou matrimonial, temos outros tipos de famílias a citar. Algumas destas: informal (formada por meio de uniões estáveis entre casais heterossexuais ou homossexuais); monoparental (formada por qualquer um dos pais); anaparental (Ana – sem; família sem os pais, apenas irmãos), família mosaico ou reconstruída quando os pais têm filhos e se separam, mas estabelecem novas famílias e ambas as famílias conseguem conviver em harmonia. Importante ressaltar que existem outros tipos de família não citados nessa breve descrição.

Sobre dinâmica familiar, Minuchin (1990) afirma que:

No interior da família, os indivíduos podem constituir subsistemas, formados pela geração, sexo, interesse e função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros. A família como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo no nível dos parâmetros culturais, mas possuindo as mesmas raízes universais (MINUCHIN, 1990, p. 139).

A família e a forma com que os membros desta cuidam e administram a vida e rotina dos filhos sofreram mudanças drásticas no sentido de ter pessoas adultas responsáveis por tal cuidado, fator agravado com entrada da mulher no mercado de trabalho e as novas configurações familiares e algumas destas chefiadas por mães de família, fator comum na sociedade brasileira.

Segundo Ariès (1978, p.18), no período de grandes transformações históricas, no caso, dos séculos XII ao XVII, afirma que a infância tomou diferentes conotações dentro do imaginário do homem em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, de acordo com cada período histórico. A criança seria vista como substituível, como ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade, pois a partir dos sete anos de idade era inserida na vida adulta. A criança tornava-se útil na economia familiar, realizando tarefas e imitando seus pais e suas mães. Havia

responsabilidade legal de cumprir seus ofícios perante a coletividade.

Nessa mesma perspectiva de raciocínio, afirma ainda o pesquisador que o conceito ou a ideia que se tem da infância foi sendo historicamente construído. A criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim “homens de tamanho reduzido”.

O contexto de família ao qual uma criança ou adolescente faz parte pode influenciar direta ou indiretamente no processo de educação e percurso escolar. O estudo e observação acerca do contexto e formato de família ajuda compreender os fenômenos que levam ou não o adolescente em situação de acolhimento institucional a dar seguimento ao processo de educação.

Uma das participantes do grupo focal, foi a atual assistente social, Denise, Apesar de ter pouco tempo de atuação na Casa de Acolhimento, aproximadamente quarenta e cinco dias, trouxe contribuição importante aos resultados da pesquisa com relação a presença da família no cotidiano. A assistente social está acompanhando a reinserção do infante T. ao núcleo família e no grupo focal menciona:

A família, estando junto há uma melhora no rendimento escolar e demais esferas da vida. Partilho da fala de Paulete e Jorge, e relato que desde setembro o T. está com a vó materna (reintegrado), e fico até emocionada e feliz pela avó está tentando ajudar ele nos afazeres escolares, agora está fazendo acompanhamento em quase tudo do cotidiano dele, acompanha até no dentista, vamos monitorando até um certo tempo. Na próxima semana eu ia leva-lo a uma prova agendada, mas ele foi conversar com avó sobre ela ir com ele, eu achei muito bom, muito interessante ela fosse sozinha com neto, assim iria assumindo as responsabilidades. Ela tá procurando acompanhar mais e querendo participar. Um único fator preocupa com relação a continuidade do percurso escolar do T. que é o transporte, visto que a secretaria não estava prestando este serviço e torço para que retorne logo no início das aulas presenciais (Grupo focal realizado em 19/09/2020).

Diante do relato da Denise, percebe-se que considera importante, após a criança está reinserida do núcleo familiar, que tenha acompanhamento e sejam viabilizadas algumas ações de ordem prática do cotidiano da criança, como explicita a preocupação em relação ao transporte do menor para ir e vir da escola. São fatores relevantes para a continuidade do percurso escolar, o acompanhamento da família nos afazeres escolares e oferecer as condições mínimas para que a criança continue o percurso escolar.

Considera-se o homem como ser resultante da interação entre si mesmo, os outros e o mundo e a partir dessas relações constitui-se enquanto ser humano. Ao longo do seu desenvolvimento interage com o meio, com outros e constrói seu repertório

relacionados à cognição e afeto e à família dentro desta perspectiva, independentemente de sua configuração é o primeiro núcleo social ao qual um ser humano faz parte.

Para melhor compreensão acerca dos fenômenos que acontecem nos processos de ensino-aprendizagem em crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional faz-se necessário apoiar-se nos autores da psicologia sócio-histórica e sociointeracionista como Piaget (2011), Lev Vygotsky (1989) e Wallon (2007), bem como, a articulação dos autores com a fenomenologia expressas nas obras de Merleau Ponty (1994).

Uma das referências teóricas utilizadas na Psicologia sócio-histórica é a teoria de Vygotsky (1989) considera que o desenvolvimento humano se dá por meio das relações sociais e as devidas trocas que o indivíduo mantém no decorrer de sua vida.

Para Vygotsky (1989), a história da sociedade e o desenvolvimento do homem estão totalmente interligados e inseparáveis. Os mecanismos que adultos tentam transmitir para as crianças os hábitos, modos, valores, pensamentos, experiências e cultura, demonstram que ao nascer, as crianças mantêm constante interação com os adultos, em consequência disso, os processos cognitivos e psicológicos mais complexos vão tomando formas. No início são chamadas de intrapsíquicos, ou seja, partilhados no contato com os adultos ou com as outras pessoas e na medida em que a criança vai crescendo os processos acabam por tornarem-se intrapsíquicos. A esse respeito Vygotsky (1978) esclarece:

Cada função no desenvolvimento cultural de uma criança aparece duas vezes: primeiro no nível social e mais tarde, no nível individual, primeiro entre pessoas (interpsicológico) e depois dentro da criança (intrapsicológico). Isso se aplica igualmente a toda atenção voluntária, à memória, à formação de conceitos. Todas as ações mentais superiores se originam como relações reais entre pessoas (VYGOTSKY, 1978, p.57).

Contudo, o completo e individual processo de aprendizagem perpassa pelo viés do afeto e segundo a teoria Walloniana traz grandes contribuições para o entendimento das relações entre educando e educador, além de situar a escola como um meio fundamental no desenvolvimento desses sujeitos. A noção de domínios funcionais “entre os quais vai se distribuir o estudo das etapas que a criança percorre serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa” (WALLON, 1995, p. 117).

Os autores reforçam teorias nas quais o processo de desenvolvimento do ser humano passa pelo viés da interação social e o processo de ensino aprendizagem não

estaria estanque a estas variáveis. Dentro desta perspectiva, ambos discorrem sobre a importância da interação social no processo de ensino aprendizagem, e durante o grupo focal a Assistente Social, Denise sinalizou emocionada em relação ao menor T.

O T. está sendo acompanhado e a família supervisionada, Dona M. está buscando ser correta e está forte com intuito de educar o neto. Vejam, Eu falei da prova ela disse que queria acompanhar então eu tô muito feliz, porque eu tô vendo que ela tá com medo e tá melhorando. Ela vai ver o que é para se fazer com neto, pede orientações e nós estamos fazendo relatórios psicossociais de 15 em 15 dias mandando para o juiz está tudo caminhando. Ai, que coisa boa eu fico tão feliz menina do céu. E isso tem que acontecer a família junto apoiando para que poder ter um resultado melhor. Para poder ter uma educação melhor (Grupo focal realizado em 19/09/2020).

Uma das percepções mais evidentes observadas através do relato da Denise foi a emoção expressada quando narrava o fato da avó materna está acompanhando o neto nas atividades escolares, observa-se também que a mesma acredita na mudança de hábitos familiares e que se estes quiserem podem influenciar na continuidade do percurso escolar.

Lembrando que uma das propostas da pesquisa é compreender quais influências podem interferir no processo de ensino aprendizagem e continuidade nos estudos de crianças e adolescentes institucionalizados e até que ponto os contextos sociais, familiares, escolares e principalmente os institucionais interferem neste percurso. As ideias centrais da teoria de Piaget (2011) contribuem para tal compreensão, considerando que a sua formação é biológica, considera a variável vinda do plano biológico e social, prioriza também os mecanismos de adaptação do meio. Segundo o autor, o sujeito tem necessidades biológicas, para sobreviver e atender a estas buscas para adaptar-se ao meio na procura de sobrevivência e para isso modificar esse meio pela ação, e ao mesmo tempo modifica e à medida que interage com o ambiente.

Nesta perspectiva, Piaget (2011) afirma que, levando em conta a interação fundamental entre fatores e externos, toda conduta é uma assimilação do dado a esquemas anteriores (assimilação a esquemas hereditários em graus diversos de profundidade) e toda conduta é, ao mesmo tempo, acomodação destes esquemas a situação atual. Daí resulta que a teoria do desenvolvimento apela, necessariamente, para a noção de equilíbrio entre os fatores internos e externos, entre a assimilação e a acomodação.

Outro questionamento do grupo focal foi com relação aos adolescentes e crianças

que transitam pela casa de passagem, qual seria seu entendimento da não continuidade aos estudos? Quais impedimentos? Sobre a influência dos fatores internos e externos no desenvolvimento humano e processo de aprendizagem e inclusão social, Denise relata:

Estou há pouco tempo trabalhando na casa de acolhimento, mas concordo com fala de Jorge e Paulete quando falaram sobre inclusão dos garotos institucionalizados, deu para acompanhar a inserção de adolescentes no meio escolar e perceber o quanto é significativa a inclusão social, pois é uma inclusão também na sociedade, das pessoas, isso por si só faz com que eles não se sintam excluídos, visto que alguns não frequentavam a escola por residir distante desta. É uma atividade importante que a casa de acolhimento cumpre na íntegra. (Grupo focal realizado em 19/09/2020).

Uma das preocupações expressas pela assistente social, com relação à reinserção do sujeito institucionalizado no meio social, neste quesito, afirma que a “Casa de Passagem” cumpre minimamente o seu papel, efetivando o ato de matrícula e prover meios para que as crianças e adolescentes frequentem as aulas e que simplesmente pelo ato de estar devidamente matriculado e frequentando as aulas regularmente traz em si, um ato de inclusão social importante na vida da criança ou adolescente.

Considerando que o processo de aprendizagem e evolução humana, Piaget (1994), admite que a evolução do ser humano ocorre, invariavelmente, por uma etapa genética denominada anomia e que dura do nascimento até os cinco ou seis anos de idade. Nessa fase, as crianças não seguem regras coletivas, interessa-se pela brincadeira, essencialmente por seus interesses motores ou seus sonhos simbólicos e não por estarem prontas para aceitar que todo jogo e, portanto, toda relação social se estrutura em regras.

Os pressupostos básicos de sua teoria, o interacionismo a ideia de construtivismo sequencial e os fatores que interferem no desenvolvimento. O autor, considera a dimensão afeto neste processo, contudo afirma:

É indiscutível que o afeto tem um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem o afeto não haveria nem interesses, nem necessidades, nem motivação; em consequência, as interrogações ou problemas não poderiam ser formulados e não haveria inteligência. O afeto é uma condição necessária para a constituição da inteligência. No entanto, em minha opinião, não é uma condição suficiente (PIAGET, 1994, p.12).

Segundo o autor, o conhecimento não é algo acabado, estanque e que possa ter um fim, mas uma dimensão que está em constante transformação e movimentado pelo sujeito que por meio da sua ação constrói conhecimentos indispensáveis na sua

adaptação ao meio.

Sobre o processo de ensino aprendizagem e continuidade no percurso escolar das crianças e adolescentes institucionalizados, houveram as importantes contribuições da pedagoga Paulete, e do psicólogo Jorge que discorreram opinião a respeito da escolarização na casa de acolhimento.

É importante a gente dar, sequência no processo de aprendizagem das crianças, é um direito estabelecido pelo ECA. A criança tem que frequentar a escola regularmente porque tem direito de ir escola é a nossa obrigação de dar esse seguimento e principalmente eu fazer o acompanhamento escolar, nós estamos inserindo os adolescentes acolhidos no chamado contra turno escolar, conhecido como o caderno dois, que oferece atividades esportivas e outras, nestes estão os adolescentes D. e L. As vezes as crianças chegam a casa sem identidade com a escola. A casa não tinha projeto pedagógico e agora eu o fiz no começo deste ano, era algo que me incomodava (Grupo focal realizado em 19/09/2020).

Diante das falas dos profissionais Jorge e Paulete sobre as percepções que ambos tem sobre a continuidade do percurso escolar, bem como atendimento ao que preconiza o ECA e as melhorias no contexto pedagógico, oferecem às crianças e adolescentes institucionalizados a possibilidade de perceberem que a proposta pedagógica terá benefícios para a vida, adotaram inclusive atividades que chamam de caderno dois, que basicamente, como explicou a Paulete em grupo focal que são atividades esportivas e culturais em que as crianças e adolescentes institucionalizados frequentam no contra turno escolar, que sempre busca meios para garantir para que a continuidade do percurso escolar sejam priorizadas.

Segundo o ECA (artigo 53), “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

No transcorrer do grupo focal, houveram outras variáveis que valem a pena observar, ainda a respeito da escolarização na “Casa de Passagem”. Diante da fala de Jorge (Psicólogo) que relata:

Apesar do novo objetivo da casa ser de curta duração acolhimento e o foco principal é reinserção da criança e adolescente ao núcleo familiar. Contudo eu acredito que a casa cumpre com louvor a atribuição da continuidade nos estudos e desenvolvimento intelectual e social da criança. Oferece aula de reforço e agora tem atividades deste caderno 2 que Paulete mencionou. A primeira providência que os educadores da casa de passagem tomam após institucionalizar uma criança ou adolescente é buscar matrícula escolar e prover meios para que esta frequente a escola. É de praxe!! Como disse a

Paulete as crianças quando chegam à instituição, às vezes, não tem nenhuma identidade para escola, pelo menos estava lá a primeira preocupação era buscar a matrícula, né? Agora tem esse caderno dois aí eu acho assim a casa sempre teve. No passado tinha professora que auxiliava nas tarefas escolares, agora tem uma pedagoga na casa e auxiliar nessa área da escolarização e ela cobre toda a escola, auxilia na aula de reforço, o serviço melhorou (Grupo focal em 19/09/2020).

Segundo relatos do Jorge, fica evidente como se dão os processos relativos a escolarização na “Casa de Passagem”, mesmo sendo a instituição tendo um caráter transitório, onde teoricamente as crianças e adolescentes ficariam um breve período de tempo, ficou explícito por meio da fala, que existe uma preocupação da equipe técnica em viabilizar meios para que a criança ou adolescente institucionalizado continue estudando. Contam com serviços de uma psicopedagoga para acompanhamento das atividades escolares, bem como, oferecem uma gama de atividades esportivas e culturais extras para que o ato de estudar e inserção social seja acolhedor. Evidenciou também que houve uma certa evolução nos serviços oferecidos pela “Casa de Passagem” quanto a estímulos na continuidade do percurso escolar dos sujeitos institucionalizados.

Um sujeito não se constitui sozinho, o faz a partir das interações com os outros, com mundo e com ele mesmo e afirma Ponty (1908-1961) sobre a percepção de mundo.

O mundo está ali antes de qualquer análise que eu possa fazer dele, e seria artificial fazê-lo derivar de uma série de sínteses que ligariam as sensações, depois os aspectos perspectivados do objeto, quando ambos são justamente produtos da análise e não devem ser realizados antes dela. A análise reflexiva acredita seguir em sentido inverso o caminho de uma constituição prévia, e atingir no "homem interior", como diz santo Agostinho, um poder constituinte que ele sempre foi (MERLEAU PONTY, 1994, p. 9).

Merleau-Ponty (1994) ainda afirma que é por meio do ato reflexivo do que é percebido pelo corpo que se tem a consciência. Não se trata de uma operação do espírito, como entende a tradição, por meio de um fenômeno mental. Neste sentido a percepção é feita por coisas e de vazios entre tais coisas, podendo se construir por contiguidade, onde a unidade se dá pelo hábito, pela possibilidade da memória preceder a projeção, o que ocorre com que a quantidade de vezes que algo se manifesta em conjunto, ou sucessivamente a outra coisa.

Ao observar os fenômenos que se repetem com crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, em especial os que estão na Casa de

Acolhimento, alguns aspectos subjetivos devem ser considerados, estão sinalizados em alguns relatos dos educadores que atuam na instituição relacionados à continuidade no percurso escolar, verbalizações intrigantes e que geram no profissional no ambiente de trabalho que atuam, despertam sentimento de frustração e impotência, embora busquem articular meios e recursos no período de acolhimento, o sujeito continue o percurso escolar, estes não o fazem. A esse respeito, a pedagoga Paulette faz um longo depoimento.

Eu vejo assim, a falta de vontade deles de querer fazer alguma coisa, querer ir para a escola é muita como Jorge disse também, ele não tem essa cultura de escola, frequentemente a maioria, mas assim nós tivemos aula de capoeira. A gente apresentou vários tipos de atividades na casa não se interessavam em fazer aquelas atividades, entendeu? Aí a gente oferece outro e é assim a falta de vontade das Crianças mesmo, por exemplo, a S. é uma adolescente, institucionalizada há bastante tempo, tá no caderno 2, a gente oferece aula para S. S. não quer aí chega no outro dia a gente aparece isso para mim. Ela não quer falar. Nós oferecemos várias opções de atividades e elas não querem. Isso que Jorge falou, quando voltam para a casa, muitos não frequentam a escola, muitos não frequentam a escola. Quando estão na casa de acolhimento nós levamos eles na escola todos os dias. Muitas vezes a criança é integrada, quando levamos a criança leva criança mais próximo, mas muitas vezes não dar continuidade no escolar, entendeu? Também, por exemplo, O L., terminou o EJA (Ensino para jovens e adultos) e ele queria terminar o ensino fundamental para nesse ano esse ano que começar as aulas ele começou a ensinar L. tem um objetivo dos poucos que tem objetivo que ele quer terminar o Ensino Médio, quer estudar para fazer concurso para polícia militar sempre falar isso. Então ele no ano passado não terminou o ensino fundamental. Esse ano ele foi isso me deu bastante orgulho, porque ele batalhou muito para terminar e tal e esse ano ensino médio. L. é um dos poucos que tem objetivo, ele quer algo melhor para ele. L. voltou estes dias para cá, contudo continua com o mesmo objetivo de estudar concurso Polícia Militar. Não vejo este movimento com outra adolescente, a S., fala que quer estudar, que quer fazer direito porque eu não vejo alguma coisa. Eu entendo tem a parte que a casa oferece, que a casa oportuniza mas aí tem a parte do acolhida também, né? Que não engaja na proposta ou Carla, queria falar uma coisa, se eles não quiserem a gente pode oferecer várias atividades mas não tiver à vontade dele. O querer e fazer, ele não vai fazer nós, não podemos obrigar (Grupo focal realizado em 19/09/2020).

Com relação ao mesmo assunto, Jorge contribui fazendo alguns apontamentos.

Na psicologia temos olhar mais profundo, este movimento foi construído ao longo da existência deles, eles chegam a Casa de acolhimento trazendo consigo suas histórias, suas angústias e decepções, ele não chega ali vazio. Por exemplo, a adolescente S. a história dela é de arrepiar e a única coisa que S. queria na vida era ser aceita pela mãe e a vida apresentou muitas decepções que ela não consegue se organizar para a vida prática. A não continuidade no percurso escolar não é meramente pedagógica, o emocional e psicológico influencia muito na continuidade do percurso escolar, entende? Estas questões todas levam a gente a pensar no nosso papel na casa, as vezes

me questioneei a minha competência e me senti inútil no processo. Meio que desisti das coisas por alguns momentos (Grupo focal realizado em 19/09/2020).

Mais uma vez, o depoimento do psicólogo promove novas reflexões. Atuar numa instituição acolhedora de crianças e adolescentes é um desafio constante, em todo momento temos que aprender a administrar e lidar com várias situações. Este trabalho provoca no profissional ora sentimentos de satisfação, ora de impotência e fragilidade.

Sobre a complexidade da atuação de um educador na instituição acolhedora, Perrenoud (2001), afirma que trabalhar com pessoas complexas, que não entendem plenamente o que é feito com elas, buscar autocontrole no caso de reações

Considerando os depoimentos durante o grupo focal dos profissionais que atuam ou atuavam na “Casa de Passagem” tudo indica que as relações estabelecidas no cotidiano de trabalho se entrelaçam, onde a história de vida de um gera impacto na vida do outro e esta troca de experiências torna-se muitas vezes, a válvula propulsora que gera iniciativa dos educadores para condução da vida dos sujeitos que encontram-se institucionalizados. A esse respeito, nos apoiamos na teoria walloniana Wallon utilizada como referência, principalmente quando a temática está relacionada a afetividade e aprendizagem. As ideias centrais do autor giram em torno da mobilização do outro que se faz pela emoção e na proposta educativa walloniana, a integração é um conceito fundamental na formação do educando, claramente descrito por Mahoney (2008).

O motor, o afetivo, o cognitivo, a pessoa, embora cada um desses aspectos tenha identidade estrutural e funcional diferenciada, estão tão integrados que cada um é parte constitutiva dos outros. Sua separação se faz necessária apenas para a descrição do processo. Uma das consequências dessa interpretação é de que qualquer atividade humana sempre interfere em todos eles. Qualquer atividade motora tem ressonâncias afetivas e cognitivas; toda disposição afetiva tem ressonâncias motoras e cognitivas; toda operação mental tem ressonâncias afetivas e motoras. E todas essas ressonâncias têm um impacto no quarto conjunto: a pessoa, que, ao mesmo tempo em que garante essa integração, é resultado dela (MAHONEY 2008, p. 15).

A afetividade destaca-se nas entrevistas com as estagiárias e profissionais que atuam ou atuaram na Casa de Acolhimento, quando o assunto era o processo de ensino e aprendizagem, bem como, a continuidade do percurso escolar. A educação segundo a teoria walloniana alude à inclusão de uma visão de pessoa completa e engajada. O termo engajado é tributário da filosofia francesa (MERLEAU-PONTY, 1962; 1969) e da luta política que busca não afastar o sujeito do mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo compreender as influências do contexto social, educativo e familiar no processo de construção de conhecimento social de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, sob a perspectiva de gestão e articulação para inserção educativa e social.

Com o intento de responder a questão norteadora: *Como os profissionais que atuam na Casa de Passagem podem influenciar a continuidade do percurso escolar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional?* Buscamos apoio nas produções já realizadas e para obter dados e informações foram realizadas entrevistas semiestruturada e o grupo focal. Contudo, o número de participantes inseridos no grupo focal teve que ser ampliado e/ou modificado por questões relacionadas a rotatividade de profissionais na instituição recentemente denominada “Casa de Acolhimento.”

Em função desta variável parte das informações relativas aos processos de trabalho se perderam, para tentar minimizar esta lacuna optou-se por incluir na pesquisa ex- colaboradores e estagiárias, o resultado pode ser considerado positivo, permitiu ter a percepção desses profissionais acerca da importância do cargo que ocupam na continuidade do percurso escolar dos sujeitos que se encontram institucionalizados.

Algumas variáveis interferiram no caminho metodológico da pesquisa, o início do caminhar das atividades propostas tanto para coleta de dados foram mantidos, entretanto, o mundo foi assolado por uma pandemia, a COVID 19, uma doença infecciosa, contagiosa e causada pelo corona vírus, denominado SARS-CoV-2 alterando o percurso metodológico do nosso estudo.

Neste contexto algumas sanções tiveram que ser impostas pelo governo para evitar que a doença se propagasse, dentre as exigências, o fechamento de instituições públicas e privadas, proibições de reuniões e atividades que pudesse aglomerar pessoas. A “Casa de Acolhimento” estava inclusa no rol de instituições que fechou e proibiu o acesso de pessoas, houve pequena pausa na pesquisa e quando retomada foram utilizados recursos tecnológicos para dar continuidade e levantar dados.

Mesmo com algumas restrições, os dados analisados apontam maior reflexão e percepção entre a influência que os educadores que atuam e atuaram na “Casa de Acolhimento” tem sobre a vida dos infantes. Por meio dos relatos obtidos em entrevistas e grupo focal com os profissionais, pôde-se perceber que estes têm consciência da

responsabilidade dos cargos que ocupam. Sobre a continuidade do percurso escolar dos sujeitos institucionalizados e reinserção em ambientes escolares, familiares e sociais, tem processos estabelecidos para inserção principalmente no ambiente escolar, bem como, suporte técnico e psicológico para oferecer aos sujeitos institucionalizados para que deem continuidade aos estudos, estando na “Casa de Acolhimento”, em outras instituições e reinseridos às famílias (extensa ou substituta).

Observou-se também no grupo focal e durante as entrevistas que os educadores se emocionam quando relatam situações quando a criança dá continuidade ao percurso escolar, também demonstraram algumas frustrações no cotidiano de trabalho quando isso não ocorre. Essas frustrações dizem respeito à falta de motivação da criança e adolescente em dar continuidade aos estudos, mesmo com toda estrutura oferecida não conseguem compreender a importância da escolarização na sua vida.

Uma importante contribuição que se obteve com resultados da pesquisa é que a continuidade do percurso escolar dos sujeitos que se encontram em situação de acolhimento institucional não se deva apenas a condições pedagógicas.

Fatores relacionados a desestrutura da família, vulnerabilidade social, inexistência de valores perpassados pela família no que diz menção sobre a importância da escolarização e violências doméstica, sexual, física, etc) sofridas, todas estas variáveis juntas podem ser elementos que em alguns causam desorganização na construção da subjetividade, considerando que é balizada através de um constante processo de interação entre o sujeito, o mundo e o outro, que não conseguem ter discernimento sobre as decisões que terão impactos na própria vida até que haja engajamentos são importantes para que tenham um futuro diferente.

Alguns sujeitos institucionalizados conseguem ter discernimento sobre as escolhas necessárias para que sua vida tenha um caminhar diferente e aceitação social, somente assim há inserção nos meios sociais e escolares.

Com os resultados obtidos nesta pesquisa, pode se afirmar que os educadores que atuam ou atuaram na “Casa de Acolhimento” tem comprometimento para com as responsabilidades inerentes ao cargo que ocupam, conseguem compreender quais são as variáveis que interferem na continuidade do percurso escolar, ainda dentro da complexidade na natureza do trabalho que desenvolvem, conseguem traçar metas, incluir os menores em atividades esportivas, culturais, atualizar projetos pedagógicos e propor ações que visam acompanhar o sujeito institucionalizado estando na instituição ou integrada no núcleo familiar, com objetivo de mantê-lo estudando.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.
- BAZON, M. R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. **A Transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 13, p. 199-204, 2000.
- BERGER, M. V. B.; GRACINO, E. R. Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de criança e adolescentes: A formação de educador e o acompanhamento dos abrigados. **Revista Histedbr** [on-line], Campinas, n.18, p.170-185, jun.2005. Disponível em: Acesso em: 06 dezembro 2020.
- BRASIL. Código civil brasileiro, Artigo 5º, parágrafo único. - Organização das Nações Unidas. **Anexo do 8º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, 1990**.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acesso em maio 2020.
- BRASIL. **Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno para curso de atualização sobre a organização e oferta dos serviços da Proteção Social Especial. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária. Brasília: CONANDA/ CNAS, 2006.
- BRASIL, Organização das Nações Unidas. Resolução 1.386, 20 de novembro de 1959.
- BRASIL, Organização das Nações Unidas. Resolução 40/33, 29 de novembro de 1985.
- BRASIL, Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, DF: Conanda/CNAS, 2009.
- BRASIL, Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, 2006.
- BRASIL. Projeto de diretrizes das Nações Unidas sobre emprego e condições adequadas de cuidados alternativos com crianças. Apresentado ao Comitê dos Direitos da Criança da ONU em Brasília, 31/5/2007.
- BRASIL. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e

Conselho Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASILIA, Ministério do desenvolvimento social e combate a fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Subsídios para Elaboração do Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília – DF, 2005.

DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÀCOMO, I. de A. **Estatuto da Criança e Adolescente; anotado e interpretado**. Curitiba, SEDS, 2013.

FALEIROS, V. P. Infância e Adolescência: trabalhar, educar, assistir, proteger. **Revista Ágora**, ano 1, n.1 outubro de 2004 - ISSN -1807-698X.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão [et al.] - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L. R. de. Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. **Psicologia da educação**, v. 20, p. 11-30, 2005. ISSN 1414- 6975. 2008.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003. p.11-25.

MERLEAU-PONTY M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. Nature: Cours du Collège de France: Notas, acompanhamento resumos de cursos correspondentes. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. 2010. **História oral: como fazer, como pensar**. Editora Contexto: São Paulo. 2 ed. 175 p.

MINUCHIN, Salvador – **Famílias: Funcionamento & Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 25-69.

NOGUEIRA, P. C.; COSTA, L. F. **Mãe social: profissão? função materna?** Estilos da Clínica, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 162-181, 2005.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Famílias possíveis: novos paradigmas na convivência familiar.** In: - PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coord.). Afeto, Ética Família e o Novo Código Civil, Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

PERRENOUD, Phelippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza/ Philippe Perrenoud trad. Claudia Schilling.** 2. ed. Porto Alegre: ArtMed editora, 2001.

PIAGET, J. *A relação do afeto com a inteligência no desenvolvimento mental da criança.* Em G. Delahanty, & J. Perrés (Eds.), Piaget and psychoanalysis. Universidade Autônoma Metropolitana: Xochimilco, 1994.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Piaget. Tradução.** Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 25ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

POWELL, R. A.; SINGLE. H. M. Focus groups. International Journal for Quality in Health Care, v. 8, n. 5,

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p.13-49, abr. 1997.

REDE Proteção Social Especial. Disponível em https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/pse_institucional.pdf, acessado em 08 de dezembro de 2020.

RUIZ. Rodrigo, CÁNDIDO; Palacio Lis, Irene (1999). Higienismo, Educación Ambiental y Previsión Escolar: Antecedentes. [S.l.]: Publ. Universitat deValencia. p. 275. ISBN 84-370-3930-4

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 327p.

RIZZINI, Irene (coord.); BAPTISTA, Rachel; NAIFF, Luciene; RIZZINI, Irma. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil.** São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

RIZZINI.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS Morgana Sales da Costa. Família monoparental brasileira. In: **Revista Jurídica** Brasília, v. 10, n. 92, p.01-30, out./2008 a jan./2009. Disponível em: www.presidencia.gov.br/revistajuridica acesso em 20/09/2010. Acesso em junho 2019.

SARAIVA, F. R. S. (2000). Novíssimo dicionário latino português (11a ed.). Rio de Janeiro: Livraria Garnier.

SILVA Enid Rocha Andrade. **O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados**. In: SILVA, Enid Rocha Andrade. (Coord.). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, IPEA / CONANDA, 2004. p. 41-69. Disponível em

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capit2.pdf>>. Acesso em 18 fev. 2020.

SIQUEIRA, A. C. Instituições de abrigo: família e rede social e afetivo em transições ecológicas na adolescência. 2006. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

VIEGAS, Simone Soares. **A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos**. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: Von Simon, Olga de Moraes (org.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Org.). **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1978, p. 57.

VYGOTSKY, LEV S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3ª.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 168p. (Coleção Psicologia e Pedagogia. Nova Série).

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1995/2007.

WHALEY, L.F.; WONG, D. **Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva**. (Essentials of pediatric nursing). 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. 910p.

WHATSAPP. [Internet]. 2019; [citado 2019 jan 31]. Disponível em: <https://www.whatsapp.com/about/>

YUNES, M. A. M. (2001) A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda. **Tese** de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

YUNES, M. A. M. & Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. Em: Tavares J. (Org.) **Resiliência e Educação**, (pp. 13-42). São Paulo: Cortez.